

Diário do Legislativo de 10/02/2009

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 2ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/2/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.689/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008; discursos dos Deputados Weliton Prado e Sargento Rodrigues; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Deiró Marra - Delvito Alves - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.689/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.689/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Bom-dia a todas e a todos. O presente projeto prevê um reajuste salarial de até 15% em relação aos valores vigentes para os servidores do Poder Executivo, no caso Procuradores do Estado. É lógico que votaremos favoravelmente ao projeto, mas deixamos nosso questionamento que há muito já debatemos nesta Casa. Há muitas injustiças: motoristas do Estado que trabalham há 20 anos recebem bem menos que os servidores contratados para exercer a mesma função; recebem valores insignificantes, que não chegam, às vezes, ao salário mínimo. Não sei o que o Governador fará. Eu tinha contracheques de servidores administrativos do Estado, que exercem sua profissão em delegacias e recebem menos do que um salário mínimo, apesar de mais de 15 anos de trabalho. Quando mostramos os contracheques, muitas pessoas duvidam, nem acreditam. Esses servidores, que de fato ganham uma merreca, ganham muito pouco, estão em uma categoria muito pequena. São 800 servidores administrativos. O governo poderia muito bem resolver esse problema. A categoria dos motoristas também é pequena. Se pensarmos ainda nos servidores da educação, lembraremos que são muito mal-remunerados. Há todas as possibilidades de garantir a essas categorias um reajuste como esse. Os Procuradores recebem mais. Tudo bem, estamos aprovando 15%. Por que para os outros servidores os reajustes não são de 15%? Quando o projeto chega, é de apenas 5%, mas para os Procuradores é três vezes mais. Não sou contra o reajuste para os Procuradores, mas poderia haver isonomia no tratamento aos servidores, fazendo-se justiça para os que ganham menos no Estado.

A conta de energia em Minas é muito alta. Temos o ICMS mais alto. Anteontem, foi publicado no "Minas Gerais" que, caso o cidadão não pague a conta de luz em dia, além de ter a energia cortada, seu nome irá para o Serasa e para o SPC. Isso é uma grande injustiça. O cidadão será penalizado duas vezes. Como fará esse servidor que já ganha tão pouco? Muitas vezes precisa recorrer a empréstimos para pagar as contas de água e de luz. Tenho um projeto - que já está pronto para a Ordem do Dia - que impede a inclusão do servidor no SPC e no Serasa. Solicito à Mesa que o coloque em votação. Conseguimos ainda uma grande vitória: impedir o aumento da conta de água da Copasa, que seria a partir do dia 1º de março. Isso prejudicaria mais os servidores, pois os aumentos são bem superiores à inflação.

Parabenizo o Promotor Antônio Baeta, que faz um trabalho brilhante no Estado de Minas Gerais em defesa do consumidor. Apresentamos duas representações ao Ministério Público e obtivemos uma liminar para impedir o aumento da água da Copasa. A água é um bem essencial à vida e não pode ser tratada como mercadoria. O aumento, por enquanto, está suspenso. Daremos prosseguimento. Estamos entrando com um recurso na Justiça em relação à inclusão do nome do devedor da conta de luz no Serasa e no SPC, pois fere o Código de Defesa do Consumidor. Tomaremos as providências necessárias e cabíveis.

Em relação ao projeto de lei ora analisado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado, votarei favoravelmente. O Bloco PT-PCdoB votará favoravelmente à aprovação do projeto, mas deixo meu questionamento sobre os outros servidores do Estado que ganham menos, como os servidores da Educação, da saúde, policiais e os diretamente ligados ao governo, como os motoristas e os servidores administrativos. Não é muito justo conceder reajuste de apenas 5% a uma categoria que ganha menos, e está há vários anos com salários defasados se quem ganha mais recebe reajuste três vezes maior. Deveria haver isonomia entre todas as categorias. Votaremos favoravelmente ao reajuste dos valores básicos dos cargos de procurador do Estado, mas deixo o questionamento em relação às outras carreiras do Estado. Sobre a inclusão do nome no SPC e no Serasa de quem não pagar a conta de luz, entramos na justiça. Deixo um comunicado em relação à vitória que tivemos ao impedir o aumento da conta de água, por meio de uma liminar concedida pela justiça. Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembléia. Também discutirei o Projeto de Lei nº 2.752/2008, de autoria do Governador do Estado. O reajuste que está sendo concedido para essa área é justo. Os procuradores o aguardam há um bom tempo. As tabelas que acompanham esse projeto vêm fazer justiça aos procuradores. Essa categoria de servidores consegue ter um poder maior de pressão para cobrar do governo do Estado. Sabemos que o Governador Aécio Neves vem fazendo o possível para reajustar os salários das diversas categorias. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero fazer coro com o ilustre Deputado Weliton Prado, já que em nosso gabinete, há pelo menos oito anos, recebemos os chamados servidores administrativos da Secretaria de Defesa Social. Esses servidores reclamam que estão sem reajuste há cerca de dez anos, em média. Alguns deles receberam reajustes do tipo abono, como gratificação e, ao longo desse período, não incorporaram ao vencimento básico do servidor, e as demais gratificações não incidiram sobre esse reajuste. É uma injustiça que vem se cometendo com os servidores administrativos do Estado, especialmente os servidores da área da defesa social. Sr. Presidente, ilustre Deputado Doutor Viana, V. Exa. participou conosco de uma audiência pública neste Plenário quando, com mais ou menos 500 servidores administrativos, tratamos desse tema. Cerca de dois a três meses depois, V. Exa. realizou nova audiência pública no Teatro desta Casa, e diversos Deputados participaram, dando uma demonstração do interesse que nossos pares desta Casa têm sobre o tema, acolhendo um pleito dos servidores. É bom que o Líder do Governo, ilustre Deputado Mauri Torres, também se encontre no Plenário, para nos ajudar.

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, fui procurado várias vezes por servidoras do Hospital da Polícia Militar, por servidoras do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, por servidores administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais, por servidores administrativos da Secretaria de Defesa Social vinculados à área penitenciária. Esses servidores vêm percorrendo gabinetes de Deputados há bastante tempo. Uma servidora do Hospital da Polícia Militar com quase trinta anos de serviço mostrou seu contracheque, idêntico ao dos policiais militares, porque tem número de polícia - os demais servidores têm Masp - Matrícula do Servidor Público. Essa servidora ganha um salário extremamente irrisório. Não é possível que um pai de família, que uma mãe de família possa sobreviver com esse salário. Durante a tramitação de alguns projetos que

previam reajuste de 5%, tive a oportunidade de enviar ofício ao nosso Vice-Governador Antônio Anastasia, mas até então não obtive resposta. Em que pese alguns servidores administrativos terem recebido 5% de reajuste, os servidores do Hospital Militar e do Colégio Tiradentes ficaram sem os 5% destinados às outras categorias. Concedo um breve aparte ao ilustre Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Nobre Deputado Sargento Rodrigues, parabeno V. Exa. e concordo com sua fala. Sou testemunha de sua luta nesta Casa em defesa dos servidores da segurança pública, como os policiais civis, os militares, os agentes penitenciários. Ao todo são 18 leis aprovadas nesta Casa, para o que o Deputado Sargento Rodrigues contribuiu de maneira muito especial. Conforme o Deputado muito bem afirmou, a situação é muito séria. Os Procuradores têm muito mais poder, muito mais proximidade com o governo, muito mais condições de cobrar e de resolver seus problemas do que o coitadinho do servidor que está na ponta e que há 25 anos recebe salário de fome. Mostrei o contracheque de servidores que recebem menos do que um salário mínimo. O governo tem de se sensibilizar para fazermos as alterações necessárias. Parabeno o Deputado Sargento Rodrigues pelo trabalho em defesa do servidor, da mesma maneira que parabeno nosso Presidente, Deputado Doutor Viana, que há anos defende os servidores nesta Casa. É importante a Assembléia Legislativa se unir para resolver a situação dos servidores administrativos o mais rapidamente possível. É uma categoria pequena e muito injustiçada. Mais uma vez, conto com a presença de V. Exa. na cidade de Uberlândia para discutir a criação do Colégio Tiradentes. Para sensibilizar o governo, precisamos nos unir na Assembléia e transformar em realidade esse sonho dos servidores da segurança pública em Uberlândia. Além de atender os servidores daquela cidade, poderemos ampliar para o Triângulo Mineiro.

O Deputado Sargento Rodrigues - Mais uma vez, agradecemos a contribuição do ilustre Deputado Weliton Prado, que vem acompanhando a discussão desta matéria.

Sr. Presidente, peço a atenção de V. Exa. para o texto da mensagem do Governador, em que se lê: "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, o presente projeto prevê um reajuste salarial escalonado em três etapas que terão vigência a partir do dia 1º de janeiro de 2009, 1º de julho de 2009 e 1º de janeiro de 2010. Com a implementação das três etapas, a tabela de vencimento básico dos Procuradores do Estado terá reajuste de 15%".

Sr. Presidente, em que pese esses servidores que defendemos necessitem de um reajuste de 50%, pedem, pelo menos, o que está sendo concedido, no prazo de um ano, em três parcelas escalonadas para que o governo não sofra um grande impacto. Falando nesse impacto, é bom que se observe que não temos 100 mil servidores administrativos. Temos, no máximo, algo em torno de 4 a 5 mil servidores, isso fazendo um esforço gigantesco para atingir esse número. Para o governo do Estado não haveria grande impacto. Contamos com a sensibilidade do Governador Aécio e do nosso ilustre Vice-Governador Prof. Antonio Augusto Anastasia para que contemplem os servidores administrativos do Estado pelo menos com o montante que consta do projeto de lei dos Procuradores. É bom que se saiba, Sr. Presidente, que, das tabelas em anexo, consta um vencimento da ordem de R\$4.000,00 para o início de carreira dos Procuradores. Temos aqui várias tabelas e nelas chega-se a um piso inicial de R\$6.188,00. Essas são as tabelas de vencimento cujo reajuste causará impacto. Solicitamos ao governo do Estado que trate com a devida sensibilidade o servidor administrativo porque não lhe é possível conviver com um salário de R\$400,00, R\$500,00, R\$600,00, R\$700,00, que é irrisório. Com um salário desses não há como o servidor fazer milagre com um salário desses para enfrentar suas despesas. Sr. Presidente, concluímos a discussão desse projeto, dizendo que também somos favoráveis ao reajuste dos Procuradores do Estado, mas note-se que eles têm muito mais condições de exercer pressão sobre o governo do Estado para cobrar seu reajuste, enquanto os servidores administrativos, em sua maioria, são pessoas humildes, relegados, entregues à própria sorte, perambulando pelos gabinetes dos Deputados solicitando-lhes apoio junto ao Governador do Estado. Sr. Presidente, digo ao nosso Líder de Bancada, ilustre companheiro Deputado Carlos Pimenta, que esse é um dos assuntos a ser incluído na pauta da Bancada do PDT nesta Casa. Solicitamos ao Presidente, ao Deputado Mauri Torres, ao nosso Líder, que encaminhem nossa reivindicação. Não é possível votar 15% para os Procuradores do Estado, se quando temos, na outra ponta, servidores ganhando R\$500,00, R\$600,00, esquecidos há cerca de 10 anos, recebendo apenas abono ou gratificações irrisórias. Portanto, Sr. Presidente, fica aqui nosso apelo ao Governador Aécio Neves.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.752/2008

Acrescente-se onde couber:

Art. ... - Aplicam-se os reajustes previstos nesta lei aos inativos e pensionistas da respectiva carreira.

Sala das Reuniões, 5 de fevereiro de 2009.

Sávio Souza Cruz - Gilberto Abramo - Adalclever Lopes - Antônio Júlio.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto uma emenda dos Deputados Sávio Souza Cruz, Gilberto Abramo, Adalclever Lopes e Antônio Júlio, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, quando vinha para a Assembléia lia o jornal "O Tempo" e deparei com uma notícia, de primeira capa, que confesso a V. Exa. muito me assustou. A notícia dizia que a empresa Cemig anunciava que os devedores, aqueles que não pagarem sua conta de luz, irão para o SPC, nos moldes do que se vêm tentando adotar em relação às escolas particulares, criando-se uma famosa lista negra da conta de luz. Isso me preocupou muito, Sr. Presidente, porque a atitude da Cemig ao criar ou querer criar uma lista negra fere princípios constitucionais básicos. O fornecimento da luz elétrica é um serviço essencial, básico, indispensável para a vida humana e está protegido pelo princípio da continuidade. Qualquer serviço público essencial ao consumidor, como o fornecimento de luz e de água, como a educação etc., não pode ser suspenso nem cortado. Também não se pode, em função da inadimplência do consumidor, fazer constar o seu nome no SPC e na lista negra da Cemig. Ao divulgar essa notícia, a Cemig mostra que, mais uma vez, está na contramão dos interesses do consumidor mineiro. Sr. Presidente, isso me chamou a atenção porque, agora, no mês de janeiro, quando participamos de diversos encontros com trabalhadores, com sindicalistas e com a sociedade civil, em Itabira e em Congonhas, para discutir a crise e as medidas emergenciais para contorná-la, uma das questões levantadas é que, nesse momento em que vários trabalhadores estão sendo demitidos e outros estão ameaçados de demissão e de suspensão de seus contratos de trabalho, já havia a previsão do aumento da inadimplência desses serviços. Os trabalhadores já nos alertavam sobre a necessidade de proibir o envio do nome desses consumidores para o SPC. Conversando com os movimentos populares e com os movimentos sindicais, surgiu a idéia de fazer tramitar aqui, nesta Casa, um projeto que hoje vem tramitando em diversas Assembléias do País, cujo conteúdo é idêntico a esse. Por isso, agora, no início do semestre letivo, protocolei esse projeto que tem por objetivo impedir a inclusão do nome dos consumidores no Serviço de Proteção ao Crédito por dívidas oriundas da prestação de serviços essenciais como água, luz, escola, funerária, etc. Esses consumidores não podem ser punidos com o corte do serviço, muito menos com a inclusão do seu nome no SPC, porque esse é um serviço essencial, protegido pelo Código de Defesa do Consumidor, pela Constituição e pelo princípio fundamental da proteção do ser humano, já que ninguém vive sem água e luz. Repito, esse projeto de minha autoria está tramitando

em diversas Assembléias do nosso país, e agora parece que a Cemig adivinhou e vem justamente fazer o contrário. Quero deixar aqui o meu veemente protesto contra a atitude da Cemig em querer criar a lista negra dos devedores dessa empresa, principalmente agora que o País passa por uma grave crise econômica e os trabalhadores e trabalhadoras vivem um aperto no seu orçamento familiar. Peço a compreensão desta Casa, da Mesa Diretora e de todos os líderes partidários para que possamos fazer tramitar, o mais breve possível, o projeto de lei que visa justamente impedir atitudes como essa que hoje está estampada no jornal "O Tempo", com a qual a Cemig pune, ainda mais, o pobre e sofrido consumidor da conta de luz. Fica aqui o nosso registro. Peço a compreensão dos líderes desta Casa para fazermos tramitar, o mais breve possível, o projeto de lei de nossa autoria protocolado no início de janeiro deste ano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência, com muita alegria, anuncia a todos os colegas que hoje, 5 de fevereiro, é aniversário do nosso companheiro Delvito Alves. Em meu nome, em nome da Mesa e de todos os Deputados desta Casa, desejamos-lhe muitas felicidades. Que Deus que o abençoe sempre! Muito sucesso em sua vida particular, familiar, profissional e nessa nobre missão de homem público, na condição de Deputado Estadual.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/2/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 742/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Educação opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 835/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 3º da Lei nº 12.398, de 12/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição da realização de eventos de música eletrônica, conhecidos como "raves", ou de eventos semelhantes no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de

Cultura, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas bibliotecas públicas do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 10/2/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 742/2007, do Deputado Carlin Moura, que institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 835/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 3º da Lei nº 12.398, de 12/12/96; 898/2007, do Deputado Délio Malheiros, que dispõe sobre a comercialização de lanches e bebidas em escolas no Estado; 1.874/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a proibição da realização de eventos de música eletrônica, conhecidos como "raves", ou de eventos semelhantes no Estado; 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Banco do Livro nas bibliotecas públicas do Estado; e 2.578/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de fevereiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/2/2009

O Deputado André Quintão* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembléia, trabalhadores desta Casa, inicialmente, para os que não o fiz pessoalmente, gostaria de cumprimentar as Deputadas e os Deputados na abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, após a sua instalação ontem à noite e também após a reunião especial de posse da nova Mesa, cujos membros cumprimento, na pessoa do nosso Vice-Presidente, Deputado Doutor Viana.

Faço ainda um cumprimento todo especial aos meus companheiros, Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlos Gomes, e a nossa querida companheira Deputada Maria Tereza Lara, que reassumem conosco a integração na Bancada do PT. São Deputados e Deputadas experientes, que já tiveram uma importante passagem por esta Casa e que, com certeza, contribuirão muito para com o desempenho da nossa Bancada e também do conjunto do trabalho da Assembléia. Cumprimento ainda o Tenente Lúcio, do PDT, que assume nesta 3ª Sessão Legislativa.

Falando da abertura dos trabalhos, particularmente dos pronunciamentos do Deputado e Presidente Alberto Pinto Coelho, e também do Governador em exercício, Antônio Augusto Junho Anastasia, é que venho motivado a tratar de alguns assuntos desta tribuna da Assembléia. Tive ontem o cuidado de prestar muita atenção nos dois pronunciamentos, até pela importância política da reabertura dos nossos trabalhos.

Assim, inicialmente, cumprimento o Presidente Alberto Pinto Coelho pela extensão e pelo conteúdo de seu pronunciamento, em que abordou questões da política, da instituição Assembléia, da conjuntura econômica e da necessidade de valorização do papel do Poder Legislativo.

Também levanto algumas reflexões sobre a mensagem do Governador Aécio Neves lida pelo Governador em exercício, Antônio Augusto Junho Anastasia. Sabemos que a leitura da mensagem do Governador não reflete o conjunto do que é enviado à Assembléia; por razões óbvias, é uma síntese. Mas o conteúdo dessa mensagem está à disposição, na íntegra, no "site" do governo do Estado, e certamente é um elemento importante para os trabalhos desta Casa, particularmente no que se refere aos desafios projetados para os anos de 2009, em especial, e de 2010.

Estamos em um período de crise internacional, com impactos em nosso país, ainda que atenuados pelo bom desempenho do governo Lula. Portanto devemos de ter o cuidado de analisar as políticas públicas, o Orçamento e as ações desta Casa nesse novo cenário. Ontem o Governador em exercício apresentou aqui uma prestação de contas do que foi realizado. Reconhecendo alguns avanços relacionados na mensagem do Governador, destaco o nosso orgulho pelo fato de vários desses avanços se deverem ao trabalho desta Casa.

Foi dito aqui, por exemplo, que hoje, em Minas Gerais, 200 mil alunos do ensino médio já estão recebendo alimentação escolar. Isso é verdade e se deve à emenda da Comissão de Participação Popular aprovada pelo conjunto de Deputados e Deputadas desta Casa. Foi dito também que Minas Gerais é atualmente o Estado que tem o maior número de Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, o que é resultado de um projeto estruturador aprovado na Comissão de Participação Popular e referendado pelo conjunto de Deputados e Deputadas desta Casa. Listam-se ali várias outras ações de relevância. É evidente que, em uma mensagem sintética, não há como compartilhar o bônus dos avanços com esta Casa, mas, como Deputado, quero fazê-lo, pois muito desses avanços se devem ao trabalho deste Poder Legislativo. Se posso dizê-lo, esta é uma complementação que faço ao que foi relacionado como avanços na gestão do Governador Aécio Neves, particularmente no que se refere aos projetos estruturadores.

Chamaram-me a atenção as preocupações levantadas pelo Presidente Alberto Pinto Coelho. É muito importante que façamos nesta Casa e no Estado de Minas Gerais um debate político e de políticas públicas sobre como enfrentar, em nosso Estado, os reflexos da crise econômica internacional. Nosso Presidente disse, e o Fórum Social Mundial disse o mesmo, agora em Belém, que enterramos definitivamente a crença que alguns ainda tinham de que o mercado por si só, a livre iniciativa, o mercado financeiro, a total desregulamentação da economia ou o chamado

Estado neoliberal clássico fossem capazes de resolver as questões vinculadas à existência humana.

Isso já havia sido objeto de muito debate, e pensei que a maioria no mundo já não acreditasse nisso, mas a crise econômica foi a pá de cal para aqueles que ainda rejeitavam o papel do Estado. Nosso Presidente também disse que não podemos admitir o Estado intervencionista clássico, o Estado Leviatã, o Estado que sufoca as iniciativas da sociedade, sejam elas econômicas, culturais ou sociais.

Portanto, trata-se de achar a justa medida para o Estado brasileiro enfrentar os desafios dessa crise econômica. E pelas peculiaridades das bases da economia mineira, essa crise já se faz sentir. A Deputada Rosângela já está trabalhando nesse sentido no Vale do Aço, em Itabira, assim como nossos representantes, como o Deputado Ronaldo. Sabemos que as demissões já são realidade, e os próprios dados mostram que a exportação do minério caiu 36%. A política é que deve resolver qual será a intervenção do Estado. No sistema capitalista em que vivemos, ainda que muitos não o considerem ideal do ponto de vista civilizatório, são a política e a democracia que apresentam os caminhos para compartilhar, de maneiras mais justas, os efeitos da crise, minimizando-os. Muitos querem, agora, a intervenção do Estado, mas na perspectiva de manutenção do lucro dos grupos econômicos, e não sob a lógica do fortalecimento do mercado interno, de acesso ao crédito ou de aumento da capacidade de consumo, propiciando o reaquecimento do mercado interno.

Esta Casa é que vai discutir, porque, se deixarmos, a pressão será apenas pela desoneração, a qual, lá na ponta, poderá prejudicar os nossos Municípios - uma desoneração que, muitas vezes, pode não vir acompanhada de garantia de emprego e espaço no mercado de trabalho. Não se trata de ser contra a desoneração, até porque o governo Lula também assim o fez em determinados períodos e em setores estratégicos. Mas o governo foi além, e quero elogiá-lo, pois, no meio dessa crise, anunciou a ampliação do Programa Bolsa-Família para 1.300.000 pessoas, além da ampliação de recursos da ordem de mais R\$12.500.000.000,00, e mais R\$529.000.000,00 para 2009. O governo Lula, apesar da irresponsabilidade do Congresso Nacional de não aprovar o projeto de ampliação da merenda escolar para o ensino médio, assumiu, por meio de medida provisória para este ano, o atendimento a 7.300.000 alunos, que passarão a ter o direito de receber alimentação escolar. E anuncia, nessa mesma medida provisória, a extensão do transporte escolar rural para a Educação Infantil e o Ensino Médio, beneficiando mais 1.100.000 jovens.

Cito esses dois exemplos para mostrar que a receita clássica na crise não é colocar o Estado brasileiro simplesmente a serviço daqueles que sempre ganharam nos momentos do "boom" econômico, da situação favorável. Ao contrário, é sustentar o enfrentamento da crise econômica aquecendo o mercado interno, garantindo o emprego, garantindo e vinculando medidas de apoio à iniciativa privada, à manutenção desses mesmos empregos e, através das políticas redistributivas de renda, garantindo condição de aquecimento do nosso mercado interno.

Deputado Doutor Viana, deixo aqui esta proposta para a nossa Mesa diretora. O Presidente Alberto Pinto Coelho, ontem, anunciou vários eventos, sendo que o mais importante a Assembleia, rapidamente, deveria assumir para si. Fico feliz porque tenho notícia de que a nova Mesa já está iniciando reflexões para discutir Minas Gerais e a crise sob a perspectiva não simplesmente de atenuar efeitos, mas de criar um modelo de desenvolvimento econômico que, além de enfrentar a crise, garanta sustentabilidade, distribuição de renda, maior equivalência de oportunidades entre as regiões de Minas conectadas com o bom momento e as boas medidas do governo Lula no enfrentamento dessa crise.

Portanto, deixo aqui esta proposta: que a Assembleia, na linha abordada ontem pelo Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, envolvendo não só os que já têm uma interlocução privilegiada, mas aqueles que não têm ainda voz e acesso aos gabinetes em Minas Gerais, aqueles que estão sendo penalizados direta ou indiretamente pela crise - Prefeitos, Vereadores, trabalhadores, desempregados ou ameaçados pelo desemprego através da política e da democracia -, possam refletir e anunciar medidas que coloquem Minas Gerais num enfrentamento justo, não um enfrentamento para beneficiar elites que não querem compartilhar o ônus, e sim manter o bônus em períodos de ascensão econômica.

Por isso, Deputado Doutor Viana, leve ao Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente, nossos cumprimentos pelo seu discurso estratégico ontem. Em outra oportunidade, abordarei a questão política. Acho que Minas tem tudo para voltar ao cenário nacional, com a nossa mineira Dilma, o nosso mineiro Patrus e o nosso Governador Aécio. Minas está bem posicionada no cenário nacional hoje. Mas me atendo aqui à discussão da hora, que é como pensar num modelo econômico em que todos tenham vez e o nosso mercado interno e as nossas regiões sejam consideradas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Nesse tempo em que tivemos a oportunidade de viajar pelo nosso Estado, durante o recesso parlamentar, novamente pudemos perceber, Deputado Juninho Araújo, a situação das estradas federais em Minas Gerais, que é lamentável. É lamentável que, a cada poucos quilômetros que percorríamos, acompanhássemos o drama não apenas dos mineiros, mas dos demais brasileiros que atravessam nosso Estado em busca de seu destino, da sua família, e aqui, nas estradas federais de Minas Gerais, perdessem suas vidas.

Deputado Juninho Araújo, passamos por aqueles mesmos trechos, por aquele mesmo quilômetro anunciado dos acidentes em nossas estradas. Nós, que o conhecemos, temos cuidado, todavia, motoristas de outros Estados que não conhecem as estradas federais de Minas Gerais perdem aqui o que têm de mais precioso, ou seja, suas vidas.

Temos a maior malha rodoviária federal do Brasil e acumulamos também o maior número de obras inacabadas nessas rodovias federais. Aliás, as obras inacabadas nas rodovias federais de Minas Gerais são armadilhas que estão matando o nosso povo. De acordo com os dados do Tribunal de Contas da União, são 22 obras inacabadas no Estado, de responsabilidade do DNIT. Essas obras estão paradas nas rodovias federais. O valor dos contratos supera os R\$216.000.000,00. O levantamento do Tribunal detectou 400 obras sem conclusão no Brasil, no valor de R\$3.500.000.000,00. De acordo com pesquisa realizada pelo Departamento Nacional de Trânsito - Denatran -, três das quatro estradas federais mais violentas estão no nosso Estado. Uma delas é a BR-381, Deputado Ronaldo Magalhães, pela qual V. Exa. passa toda semana. V. Exa. conhece bem a curva ao chegar ao trevo de Bom Jesus do Amparo. Passei por lá novamente, e é claro que havia um acidente. É a morte anunciada. É o fim de uma rampa de quase 2km. Os caminhões não conseguem fazer aquela curva. Temos de responsabilizar esses gestores que estão matando as pessoas nas estradas federais de Minas Gerais. Já sabemos disso. Dentro do carro, familiares me perguntavam: "Está chegando aquele lugar? Como faremos para passar por lá?". Para passarmos por ali, tínhamos de ver se havia caminho descendo. Nem todos conhecem o local, portanto, caem nas armadilhas das estradas federais em Minas Gerais. Na Rodovia 381 - de Belo Horizonte até João Monlevade - há várias pontes inacabadas. O motorista vem por uma rodovia com quatro pistas; de repente, em razão de a ponte estar inacabada, transforma-se em duas pistas. Há um afunilamento. Sabemos que, infelizmente, assim que chegarmos, encontraremos ali, nessas pontes, um acidente. Lamentavelmente, é isso o que ocorre.

Outra estrada violenta é a BR-040, onde esteve uma comissão de Deputados. Estivemos com os Deputados Fábio Avelar e Juninho Araújo. Caminhamos pela estrada e vimos lugares com maior índice de acidentes. Ali está a curva do Ribeirão do Eixo, um final de rampa de 3km. Ocorrerão acidentes lá, pois os caminhões não conseguem fazer essa curva. Há também o muro atirantado. O DNIT nos informou que, com a conclusão do Viaduto Vila Rica, chamado Viaduto das Almas, onde já perdemos tantas vidas durante todos esses anos, teremos ali um novo traçado e não era necessária obra alguma no muro atirantado. São quatro pistas. Quando se chega a esse muro, uma pista some. Some a pista, e somem aqueles que não a conhecem; temos vários acidentes.

E agora o que temos? Na semana passada, ocorreu um acidente com cinco mortes, em um único veículo, na reta da Serra da Moeda. Crianças perderam sua vida ali, porque há um defeito no asfalto. Não há obra, ainda não foi retirado esse defeito no asfalto. Se a velocidade é maior, atravessa-se a pista, pois não há divisão nela. Em Minas Gerais, não temos praticamente nenhuma estrada duplicada para dar segurança aos que usam essas estradas.

E a obra do Viaduto das Almas, Srs. Deputados? Há quanto tempo estamos esperando a sua conclusão, há quanto tempo foi iniciada? A notícia que temos é que há um erro de fundação. Isso tem de ser explicado, tem de haver transparência. Não é possível que o governo federal não explique isso ao governo de Minas, à população de Minas Gerais, enfim, a toda a população brasileira, já que a BR-040 liga a Capital Federal ao Rio de Janeiro. Não é possível que não seja explicado que há um problema na fundação, que há uma instabilidade na obra realizada. Qual é a verdade sobre o Viaduto das Almas? Faltam somente as cabeceiras do viaduto, falta fazer o novo traçado para se chegar ao Viaduto, ou realmente temos uma instabilidade, um erro de cálculo nas fundações? Isso tem de ser explicado à população brasileira, especialmente à população de Minas Gerais.

Retornando à questão da BR-381, temos o inacabado trevo de Santa Luzia. A Comissão de Transporte já esteve lá. Os Deputados Juninho Araújo, Gustavo Valadares e os demais Deputados da Comissão estiveram lá, a fim de saber por que essa obra não será concluída. Uma obra de um trevo iniciada em 2005 e não concluída. Agora há o desgaste do tempo. Os carros ficam batendo, e é preciso usar a pista lateral do trevo. Ora, não é possível suportar a situação das nossas estradas. Por fim, das quatro rodovias mais violentas do Brasil, temos aqui, infelizmente, Deputado Sebastião Costa, a BR-116, que liga o Sul ao Nordeste brasileiro, que está também com todas as suas obras inacabadas, com traçado de 1950, com curvas sem ponto de ultrapassagem, trazendo um grande risco para a nossa população. Até os anos 70, Deputado Ademir Lucas, o governo brasileiro destinava 2% do PIB para a conservação e a construção de estradas. Esse montante foi reduzido a 0,2%. Isso é um escândalo. O que está acontecendo nas estradas brasileiras é um escândalo. A nossa população está à mercê dessas estradas. Vejo os relatórios que dizem que o motorista brasileiro não tem cuidado, trafega em alta velocidade. Creio que ele tem de ser punido, mas também as autoridades brasileiras têm de ser punidas pelo descaso com as estradas. O gasto, Deputados Carlos Mosconi, Fahim Sawan e Rêmol Aloise, na área da saúde é algo impressionante. O que o nosso país está gastando com os acidentes nas estradas, com as sequelas dos acidentes, é impressionante. Muitas vezes levantamos o número das pessoas que morreram nas estradas e nos esquecemos dos "sequelados", os que têm sequelas permanentes, que precisam da saúde pública, que já não poderão trabalhar em virtude da situação. A Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga estima o custo de recuperação das nossas estradas de R\$10.000.000.000,00 a R\$14.000.000.000,00.

Não será com 0,2% do PIB brasileiro que teremos outra situação nas nossas estradas. O mal estado da maioria das estradas de rodagem brasileiras também é decorrente do excesso de peso das cargas, e no momento todas as balanças do DNIT estão desativadas. O peso dos caminhões que trafegam nas nossas estradas não é medido, por isso temos um defeito na reta da Serra da Moeda. É bom falarmos sobre o risco de vida que os cidadãos correm, porque infelizmente não vemos nenhuma iniciativa de recuperação desses trechos.

Tenho aqui a relação das obras inacabadas do governo federal nas estradas federais de Minas Gerais: BR-265, entroncamento com a 116 e a 365; BR-265, em Lavras; BR-265, contorno de Ubá; BR-262, acesso ao Distrito de Tobati; BR-262, complementação do anel rodoviário, saída para Sabará; BR-262, contorno de Manhuaçu, que não existe. Tenho aqui uma grande lista, mas quero dar a palavra ao Deputado Carlos Mosconi.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)* - Deputado João Leite, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que V. Exa. faz neste momento. Um pronunciamento extremamente oportuno em razão do período de recesso, das férias de final de ano, com centenas de mortes no Estado de Minas Gerais, milhares de mortes no Brasil, semelhantemente a uma guerra civil. Já morreram mais pessoas aqui que na Guerra do Iraque.

Queria lembrar a V. Exa., meu caro Deputado João Leite, que no ano passado houve uma audiência pública na Comissão de Saúde, para tratar desse assunto. V. Exa. se lembra. Estiveram aqui autoridades do DNIT, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Estadual, autoridades nacionais e estaduais, que vieram discutir esse tema da maior importância. Lamentavelmente, não pudemos tomar nenhuma decisão importante naquela oportunidade, apesar dos apelos que fizemos, a fim de que essa situação fosse avaliada e abordada de uma forma diferente.

As estradas no Brasil, as estradas federais em Minas Gerais, são uma lástima. Dizem que algumas já foram restauradas. Vou dar o exemplo para V. Exa. de uma estrada que foi restaurada, a Rodovia 459, que liga Poços de Caldas a Pouso Alegre. Essa estrada foi restaurada no ano passado, e hoje a serra de Ipuíúna está em petição de miséria. Na rodovia que vai de Poços de Caldas a Muzambinho, a situação é a mesma. O Deputado Rêmol Aloise a conhece bem. Isso acontece também com a rodovia que vai de Poços de Caldas à minha terra, Andradas, e tantas outras.

Caro Deputado, outro dia, fiquei estarecido ao assistir pela televisão uma reportagem sobre os turistas argentinos que vêm ao Brasil. Frequentam as praias do Sul e vêm para cá como se nosso país não tivesse lei. Entram nas estradas a 200km por hora, não respeitam nada, e nada acontece. Essa permissividade existente no Brasil é que gera essa situação que V. Exa. aborda com grande oportunidade e com grande sensibilidade. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Agradeço a contribuição do Deputado Carlos Mosconi e sei que o Deputado Domingos Sávio também traria, como sempre, uma grande contribuição. Encerrando, Presidente, sei que elealaria da 494, ponte em Carmo da Mata, que liga o Centro-Oeste de Minas à BR-381, fechada há 46 dias. Sei que o Deputado Domingos Sávio traria essa preocupação. O Deputado Fahim Sawan lembra também a situação da BR-262.

Por tudo isso é importante lembramos do transporte ferroviário de passageiros. Hoje muitas pessoas estão trocando as estradas pelo trem de passageiros, especialmente com destino a Ipatinga. Para vocês terem idéia, os Estados Unidos têm 400.000km de linhas férreas; a França e a Inglaterra têm 50.000km; o Brasil tem aproximadamente 6.000km de estradas de ferro. Infelizmente vemos o abandono total no País e a situação que vivemos em relação às estradas. Voltarei a esta tribuna para trazer mais dados desse desastre brasileiro que são as rodovias federais, notadamente as que estão em Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, meu caro Deputado Doutor Viana, Deputado Hely Tarquínio, senhoras parlamentares e senhores parlamentares, inicialmente cumprimento os meus pães neste início de ano legislativo. Saúdo a todos os Deputados desta Casa, fazendo votos para que tenhamos um ano de bom trabalho em benefício do povo de Minas Gerais. Saúdo, de forma especial, os Deputados que chegaram a esta Casa neste momento, que assumiram agora o seu mandato, desejando-lhes um trabalho profícuo. Refiro-me aos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Gomes, Tenente Lúcio e à Deputada Maria Tereza Lara.

Sr. Presidente, o Deputado João Leite falou sobre um desastre; falarei sobre dois. No entanto, antes de abordar os temas que me trazem à tribuna, comunico, com muito pesar, o falecimento do ex-Deputado José Maria de Mendonça Chaves, parlamentar por duas legislaturas nesta Assembléia. Foi Deputado por Poços de Caldas, político importante daquela cidade e daquela região. Com muita dignidade, competência, trabalho, denodo e honradez, representou a cidade de Poços de Caldas e a nossa região nesta Casa. Aqui conquistou inúmeros amigos, graças ao seu caráter, como é o caso do Deputado Ademir Lucas, seu colega de parlamento à época. Manifesto aqui, portanto, o meu pesar. Comecei

a minha vida política com ele, em 1982, quando o nosso grande Tancredo Neves foi candidato a Governador de Minas Gerais e fui candidato a Deputado Federal pela primeira vez, sendo José Maria Chaves candidato a Deputado Estadual. Éramos do MDB. Elegemo-nos numa eleição maravilhosa, que marcou uma época no País, com a vitória de Tancredo Neves. Caminhamos juntos durante um tempo. Depois as circunstâncias da política nos levaram a caminhos distintos. Ele conquistou mais um mandato e depois deixou a política. Sempre tive por ele uma grande admiração e um grande respeito. Faço, portanto, questão de comunicar a esta Casa o meu pesar pela morte do Deputado José Maria de Mendonça Chaves. Envio aqui o meu abraço a sua esposa, Santa Chaves, bem como aos seus familiares, a seus filhos, que residem, na maior parte, em Poços de Caldas.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Mosconi, V. Exa. traz essa notícia tão triste para todos os que convivemos com o Deputado José Maria Chaves, o nosso "Chavinho", com quem tive uma convivência extremamente fraterna, amiga e companheira. Fui, à época de Tancredo Neves, o seu Líder na Assembléia Legislativa - isso é do conhecimento histórico -, e o José Maria Chaves, o Vice-Líder. Tratava-se de um homem dedicado, competente, de fino trato, realmente um "gentleman". Além de representar condignamente a sua região de Poços de Caldas, foi aqui um Deputado presente, ativo, que contribuiu muito para a afirmação democrática do País, pois a primeira eleição, depois da Revolução, de governo de Estado coincidiu com a eleição de V. Exa. para Deputado Federal e com a de José Maria Chaves, o "Chavinho", para Deputado Estadual. Então ele entrou ainda no final do processo da ditadura e no início do processo de redemocratização, com a eleição de Tancredo. Foi realmente um notável companheiro.

Quando V. Exa. nos deu essa notícia, fiquei extremamente sentido, penalizado. Quero expor meu sentimento em relação a ela. Se eu tivesse tomado conhecimento dessa notícia há mais tempo, teria ido a Poços de Caldas, tamanho o carinho que sinto pelo José Maria. Mas deixo aqui a nossa saudade, a nossa lembrança dessa pessoa de temperamento extraordinário, impressionante. Ele foi um político de escola, de talento, de trabalho e de dedicação, mas sobretudo um grande companheiro na Assembleia Legislativa.

Gostaria, por meio de V. Exa., do seu pronunciamento, de levar o nosso pesar a D. Santa Chaves e a todos os familiares. Estou extremamente sentido e abalado com a notícia da morte do "Chavinho". Tão logo perdeu a eleição - não disputou outras -, tornou-se recluso na sua querida Poços de Caldas, e não tivemos mais contato. A vida é assim: leva-nos a caminhos tão diversos, afasta-nos das pessoas. Receber a notícia de que já não poderemos conviver com uma pessoa da qualidade do José Maria Chaves realmente é lamentável.

Reitero o meu pesar a D. Santa Chaves, a seus filhos, à cidade de Poços de Caldas, que perdeu um político de valor, um homem público de caráter, e a V. Exa., que conviveu com ele, com quem fez sua primeira dobradinha - V. Exa., disputando eleição para cargo federal, e ele, para estadual. Realmente a perda é lamentável. O José Maria marcou época na Assembléia Legislativa. Parece-me que ele chegou a ser Constituinte - não me lembro bem.

O Deputado Carlos Mosconi* - Ele foi Constituinte.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Lembro-me seguramente que ele esteve no colégio eleitoral representando Minas Gerais, na eleição de Tancredo contra Maluf.

Enfim, a perda foi lamentável. Associo-me a V. Exa. no pesar, pelo falecimento de nosso companheiro José Maria Chaves.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço as palavras do Deputado Ademir Lucas, que, sem dúvida, fazem justiça à memória do saudoso Deputado José Maria Chaves.

Sr. Presidente, eu disse que abordaria dois desastres. Além do desastre já abordado pelo Deputado João Leite, estamos vivendo outro desastre no Estado de Minas Gerais e no País: as chuvas. São desastres naturais, cujas consequências, na minha opinião, nada têm de natural. Lamentavelmente, em todo final e início de ano, vemos a repetição de chuvas torrenciais no Estado e em todo o Brasil, causando danos, perdas de centenas de vidas, prejuízos materiais incalculáveis por todos os lados e cidades semidestruídas.

Sr. Presidente, não me parece que medidas preventivas estejam sendo tomadas para coibir esses problemas. Vemos casas à beira de rios e ribeirões, e a chuva leva essas casas a toda a hora. Vemos também o problema do lixo, que não está resolvido e contribui enormemente para agravar as enchentes. Enquanto não resolvermos adequadamente essa questão, não abordarmos conveniente e competentemente esse assunto, essas enchentes se agravarão a cada momento, para a angústia de milhares de pessoas de nosso Estado e de nosso país. E aí começa a choradeira.

Felizmente, o governo de Minas Gerais age rapidamente na correção, tomando atitudes para proteger um pouco as pessoas, oferecendo-lhes crédito e algumas facilidades. Há grande solidariedade da população com as vítimas dessas enchentes. Mas digo: na realidade, medidas preventivas não são tomadas com a devida eficiência.

Caro Deputado Domingos Sávio, lamentavelmente, quando um governo toma atitude, encontra dificuldade, como foi o caso do Governador Aécio Neves, que, há dois anos, percorreu o Sul de Minas. Na época, tivemos a oportunidade de percorrer a região do Vale do Sapucaí - Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre -, que estava totalmente inundada. O Governador resolveu, junto à Copasa, tomar a atitude de construir barragens na Serra da Mantiqueira para segurar as enchentes no Vale do Sapucaí, mas pessoas se levantaram contrariamente dizendo que isso não poderia ser feito porque iria desalojar alguns moradores da serra.

Entendo essa questão. Não é fácil resolver isso, mas essa atitude foi tomada. Lamentavelmente ela foi postergada em razão de uma posição - que me pareceu um pouco insensível - das autoridades, que impediram a construção dessas barragens.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Agradeço-lhe a oportunidade. Inicialmente, cumprimento o brilhante Deputado Carlos Mosconi, nosso companheiro de partido, que conhece profundamente o assunto sobre o qual está falando, pois tem uma história de vida dedicada à causa pública, em especial ao Sul de Minas.

Quero compartilhar também essa preocupação, mas, ao mesmo tempo, registrar, na mesma linha de V. Exa., o esforço do Governador Aécio Neves. A exemplo do que ocorreu no Sul de Minas, na Zona da Mata, em Ponte Nova, e aqui, na região central, nós, em Divinópolis, passamos por um mau bocado, ou seja, por momentos difíceis. Nos últimos dias do ano, ocorreu, na região, uma enchente de proporção jamais vista - ou que havia muito não se via -, e o Governador Aécio Neves, prontamente, foi até lá. Ele foi recebido pelo Prefeito eleito, nosso companheiro de partido Vladimir Azevedo. Aproveito para registrar a presença do ilustre Prefeito nesta Casa; no momento, ele se encontra no salão anexo. Como estava dizendo, o Governador foi a Divinópolis, mas não se limitou apenas à visita. Como fez em outras cidades, tomou a iniciativa de ir além do socorro emergencial da defesa civil e disponibilizou recursos.

Nesta semana celebraremos um convênio entre Divinópolis e o Governo do Estado, mas é preciso haver um esforço conjugado dos governos federal e estadual, dos Municípios e da própria sociedade. Como V. Exa. disse, é necessário haver a compreensão daqueles que precisam agir preventivamente. Não se trata de ficar, todos os anos, tentando recompor o que a enchente destruiu; é necessário evitar invasões na beira dos

rios.

Aproveito o último segundo para dizer a V. Exa. que, contando com a presença do Prefeito Vladimir, ainda hoje estaremos com o Secretário Marcus Pestana, a fim de tratarmos da necessidade de se criarem mais leitos do SUS em Divinópolis. Trata-se de uma matéria que tem ocupado a minha atenção, assim como a do Deputado Doutor Rinaldo e de outros colegas da região. V. Exa., como Presidente da Comissão de Saúde, com a experiência que tem, com certeza irá ajudar-nos. Esperamos sair dessa reunião com uma solução, com uma previsão de recursos para a construção de um hospital público - que seja também um hospital universitário - e para a ampliação do Hospital São João de Deus, que é um grande parceiro do povo da região.

A exemplo do que houve, conforme sabemos, em várias regiões, a situação passou a ser de calamidade. Deputado Carlos Mosconi, da época em que eu era Prefeito até agora, a oferta de vagas do SUS caiu para a metade, ou seja, de 450 leitos para duzentos e poucos, enquanto a população cresceu assustadoramente. Então, V. Exa., que conhece tão bem essa questão, pode imaginar o sofrimento. Tenho certeza de que hoje o Secretário Marcus Pestana, nosso colega, deverá apontar-nos um caminho.

Agradeço-lhe a oportunidade e parabeno-o pelo pronunciamento.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço-lhe o aparte. Quero dizer ao nobre Deputado que, com certeza, o Secretário Marcus Pestana terá sensibilidade para atender a solicitações feitas por lideranças como V. Exa., que é de Divinópolis, como o Deputado Doutor Rinaldo, e o Prefeito, que aqui se encontra. Divinópolis hoje é uma capital regional, e a atenção que oferece à sua população tem de ser estendida também à população da região que necessita do atendimento à saúde.

Gostaria, Sr. Presidente, de abordar mais um desastre: a questão dos juros bancários do nosso país. É uma coisa inacreditável! Ninguém pode acreditar no que estamos vivendo no Brasil relativamente aos juros. Temos o chamado "spread". Considera-se que o "spread" é a diferença entre o que o banco capta de recursos e o que ele empresta, quer dizer, entre o valor da captação e o valor do empréstimo. Essa diferença é chamada "spread".

A imprensa nacional tem destacado, nos últimos dias, que os ganhos dos Bancos no Brasil são os mais altos do mundo. Nenhum outro país tem juros bancários tão altos. Não se trata de juros do Banco Central.

O juro do Banco Central é o oficial e gira em torno de 12,75%. Agora caiu um ponto, mas isso praticamente não repercute nos juros que os bancos cobram de sua clientela. O Brasil é o primeiro País do mundo na cobrança de juros extorsivos; cobra, hoje, em torno de 35% ao ano. O segundo lugar é ocupado por Madagascar, e assim por diante, considerando-se o Peru e outros, até chegar aos países que são mais ou menos equiparados ao Brasil, como é o caso da Argentina. Enquanto estamos no nível de 35%, a Argentina está com 7%. Vejam que diferença! Como um país pode desenvolver-se, cobrando juros dessa natureza? Lembremos os países que já têm um grau de desenvolvimento um pouco maior, como a China, com juros de 3% ao ano, e a Rússia. No Brasil, os juros do cheque especial são um acinte, Sr. Presidente. Lembro-me de que a agiotagem no Brasil era crime. Todavia, o banco cobra hoje do cheque especial cerca de 175% ao ano de juros. Quem poderá fazer frente a um custo financeiro dessa ordem? Que empresa poderá sobreviver pagando uma taxa de juros tão alta? Podem, então, dizer que isso acontece por causa do mercado e que o governo não interfere no caso. Interfere, sim. O Bradesco obteve a insignificante quantia de R\$7.000.000.000,00 de lucros no ano passado. Disseram que isso aconteceu porque, no ano passado, houve uma retração e uma crise e por isso os lucros caíram. O Presidente do Bradesco, pessoa que devemos respeitar, disse que isso não era culpa dos bancos privados. Segundo ele, no Brasil, os bancos estatais representam aproximadamente 50% dos bancos existentes no País; ou seja, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, na realidade, comandam essas questões, puxam os juros para cima. Esses bancos são do governo, que, aliás, poderia ajudar a impedir a cobrança de juros nesses níveis. Não há nenhuma razão para a cobrança desses juros. Alegam também que isso acontece por causa do depósito compulsório. Ora, no ano passado, o compulsório diminuiu; o IOF também diminuiu, mas os juros subiram. Eles deveriam ter caído. No Brasil, os produtores rurais, que vivem em penúria total, é que são as vítimas. Os pequenos comerciantes deste país que não têm linhas de crédito é que são as vítimas dessa extorsão. Isso tudo é de responsabilidade do governo federal, que, se quisesse, poderia ordenar a baixa dos juros dos bancos, o "spread", que não tem nenhuma razão econômica ou financeira para ser cobrado nesses níveis.

Sr. Presidente, prezados Deputados, são essas as palavras que gostaria de dizer. Esse parece ser um problema muito grave, porém ainda não é discutido pelas lideranças políticas do Brasil. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, meus companheiros, meus amigos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aos novos colegas que chegam para esta legislatura as boas-vindas deste companheiro de Parlamento. Cumprimento também os profissionais da imprensa que fazem a cobertura dos trabalhos nesta tarde e os queridos amigos que nos acompanham pela TV Assembléia. Boa-tarde a todos!

Sr. Presidente, quero abordar aqui alguns assuntos de suma importância, os quais, acredito, são de interesse de todos nós. Antes de entrar propriamente no assunto que me traz à tribuna desta Casa, neste primeiro dia de trabalho, parabeno a nova Mesa da Assembléia Legislativa que tomou posse na noite de ontem, em uma festa bonita aqui realizada. Ainda que à distância, quero também parabenizar o Senador José Sarney, nosso companheiro do PMDB, eleito Presidente do Senado da República, bem como o nosso também querido companheiro de partido, Deputado Michel Temer, eleito Presidente da Câmara dos Deputados. O PMDB vive um momento histórico em que dois companheiros nossos ocupam duas Casas importantíssimas do Legislativo de nosso país. Esse Partido tem em mãos grande responsabilidade. Muito mais que o ônus, há o ônus de conduzir bem aquelas duas Casas e dar ao Brasil a resposta que este país espera quanto à moralidade, à transparência e ao trabalho que a população, com grande expectativa, deseja ver acontecer neste ano de 2009, não apenas em Brasília, mas também na Assembléia de Minas e na Câmara Municipal. Parabeno ainda, já que me referi à Câmara Municipal, a minha amiga, a minha companheira, quando fui Vereador, Luzia Ferreira, eleita Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, creio que o PMDB poderá dar contribuição muito grande a um clamor da sociedade: a unificação das eleições. Uma crise que já se avizinha começa a produzir seus estragos no Brasil, e sabemos que o custo de uma eleição é altíssimo, é exorbitante. Por isso é necessário iniciarmos um movimento que vise a essa unificação, o que trará uma economia de milhões e milhões de reais para o nosso País. Já passa da hora de essa decisão, que deve partir de Brasília, ser tomada. Creio que o PMDB, que assume o Senado e a Câmara, por meio de José Sarney e Michel Temer, terá a coragem, com a participação de outros partidos, de trabalhar a unificação das eleições. Com isso, repito, pouparemos milhões de reais para o nosso País, o que é muito importante num momento de crise.

Outro tema que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, está estampado no jornal "Estado de Minas" de domingo, no caderno "Gerais": "Em Minas Gerais, 55 mil pessoas estão aguardando por uma cirurgia". Deputado Gustavo Valadares, os companheiros que me antecederam nesta tribuna falaram sobre desastres e caos. Informo a todos que estamos diante de um caos, pois, só em Belo Horizonte, 55 mil pessoas aguardam esse tipo de atendimento. O Deputado Rêmolo Aloise, que é médico, compreende bem o problema. Pessoas estão morrendo nas filas, enquanto aguardam para fazer cirurgia por quatro anos a seis anos, não só por falta de médicos, mas principalmente por escassez de recursos. Não farei aqui uma crítica, mas uma defesa daqueles que estão morrendo nas filas sem atendimento. No ano passado, o governo federal anunciou recursos para cirurgia de mudança de sexo. Meu Deus, temos uma fila vergonhosa, só em Minas Gerais, de 55 mil pessoas que aguardam para

fazer uma cirurgia. Muitos desses cidadãos estão morrendo por não conseguir fazê-las, mas há recursos para cirurgia de mudança de sexo. O governo noticiou recentemente a liberação de recursos para compra de gel lubrificante a ser distribuído no período do carnaval.

Meu Deus do céu, nós temos uma fila vergonhosa, só em Minas Gerais, de 55 mil pessoas que aguardam para fazer uma cirurgia, e muitas estão morrendo por não conseguir fazê-la! E agora aparece recurso para cirurgia de mudança de sexo! Vimos a notícia do governo liberando recursos para a compra de gel lubrificante para distribuir no período do carnaval. Meu Deus do céu, se temos recursos para comprar gel lubrificante para distribuir no carnaval, vamos juntar os recursos e canalizá-los para a saúde, para acabarmos com essa fila vergonhosa existente hoje, de irmãos morrendo!

Ser pobre neste país, sem a mínima condição de pagar a um médico, é estar condenado à morte, Deputado Rêmoló Aloise. São 55 mil pessoas só em Belo Horizonte. Isso é uma vergonha, mas sabemos que quando os governos querem, os governos fazem. Um exemplo disso aconteceu agora, nos Estados Unidos. Foi só surgir a crise que serão tirados quase US\$1.000.000.000,00 dos cofres públicos para socorrer as grandes empresas, as montadoras, os bancos, as financeiras, etc. Quando se quer, o dinheiro aparece. O dinheiro está aí. Ele existe. É uma questão apenas de boa vontade.

Então fica aqui esse meu apelo em favor desses desvalidos, em favor desses sem-vozes, dessas 55 mil pessoas de Belo Horizonte, apesar de existirem outras centenas de milhares e milhares pelo Brasil, que estão morrendo nessa vergonhosa fila de espera por uma cirurgia. Essas pessoas não são atendidas sob o argumento de que não existe recurso. É uma vergonha para todos nós vermos os nossos irmãos e irmãs morrerem nas filas à espera de uma cirurgia. Então, que o governo tenha respeito para com elas. Por favor, se existe dinheiro para ser aplicado em cirurgia de mudança de sexo, que seja usado para diminuir essa fila vergonhosa; se existe dinheiro para comprar gel lubrificante para distribuir no carnaval, que seja canalizado para diminuir essa fila vergonhosa com que, hoje, infelizmente temos de conviver. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Aproveito esta primeira oportunidade para saudar e cumprimentar, na pessoa do Presidente nesta reunião, Deputado Doutor Viana, a nova Mesa - o Presidente reeleito, Deputado Alberto Pinto Coelho, e os Deputados Dinis Pinheiro, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues, Weliton Prado e José Henrique -, empossada solenemente na noite de ontem, na presença de quórum qualificado desta Casa e de várias autoridades, entre elas o Governador em exercício, Prof. Antonio Augusto Junho Anastasia. Aproveito ainda para saudar, com muita alegria, o Geraldinho e o Edson, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito de Serranos. Nestas primeiras palavras, também dou as boas-vindas à Deputada Maria Tereza Lara e aos Deputados Tenente Lúcio, Adelmo Carneiro Leão e Carlos Gomes, que, empossados ontem, estarão conosco durante este biênio. Enfim, cumprimento todos os Deputados, caríssimo amigo e querido Deputado Rêmoló Aloise, e todos os companheiros de gabinete, desejando a todos um bom retorno e um bom início da caminhada legislativa que faremos por mais estes dois anos. Tenho a certeza de que, com a bênção de Deus, o Parlamento mineiro sempre estará à frente na defesa dos destinos de Minas e do Brasil. Saúdo ainda a TV Assembléia, cumprimentando todos mais uma vez.

Fizemos questão de pedir a palavra pelo art. 70 para trazer a esta tribuna assuntos que entendemos pertinentes. Gostaria, "data maxima venia", de novamente fazer alusão ao discurso proferido ontem pelo nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho. Empossada solenemente ontem a nova Mesa, S. Exa. foi de uma felicidade ímpar ao referir-se às ações deste Parlamento em defesa da sagrada instituição e dos interesses maiores de Minas. Sem dúvida, o Deputado Alberto Pinto Coelho mostrou, em seu discurso, a tônica essencial do Parlamento, a sua pedra angular: a defesa da instituição constitucional. É neste Parlamento que, com certeza, construiremos leis e travaremos a discussão plena na defesa de todos aqueles que esperam desta Casa do povo as ações maiores que engrandecem este Estado. Permitam-me, então, Srs. Deputados, aludir ao discurso do Presidente, que foi uma jóia preciosa. Com rara felicidade, S. Exa. pôde proferir essas palavras, essa mensagem traduzida de seu sentimento maior, pelo conhecimento, pela responsabilidade e, principalmente, pelo comando que tem nesta Casa, tendo-se tornado um dos Presidente mais respeitados no cenário político do Legislativo.

E agora, presidindo o Colegiado das Assembléias Legislativas, ele nos trouxe uma mensagem que os jornais chamaram de cristalina, a qual vem traduzir os anseios do Parlamento mineiro. Em seu discurso, o nosso Presidente manifestou: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais coloca-se, neste instante, em posição de vanguarda em sistemas e processos de gestão pública no contexto nacional. De frente para o futuro, projetamos agora um novo e importante passo neste biênio, para consolidar a grande vocação do Parlamento neste século XXI: o de se tornar o centro de convergência do debate social, em todas as suas manifestações. Dentro da organização do Estado, reunindo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Legislativo é, sem dúvida, o mais vocacionado para ocupar este novo espaço da democracia participativa e cidadã, trazendo para seu âmbito os grandes debates de interesse público, interagindo dinamicamente para isso, com os mais diferentes segmentos sociais, em discussões e negociações reais e construtivas". É importante assinalar seu conteúdo precioso, ao terminar seu discurso: "Como Deputados, participamos de um Poder político do qual não somos donos nem proprietários, mas sim servidores leais, legitimados pela vontade livremente manifestada nas urnas pelo povo mineiro. É motivo, pois, de honra e de orgulho estar neste lugar democrático e neste tempo social, no espaço político do Parlamento mineiro. Em horas solenes como esta, em que buscamos interpretar o pensamento e o sentimento de uma instituição que representa e é autêntica expressão política do povo mineiro, cabe um reencontro com a palavra sertaneja e ao mesmo tempo universal de João Guimarães Rosa, mineiro e cidadão do mundo, cujo centenário de nascimento celebramos em 2008. Em 'Ave, Palavra', seu verbo nos diz: 'Minas é a montanha (...), o espaço erguido (...), a suspensão região que se escala. (...) Entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e história'. E esclarece: 'Mas, sendo a vez, chegada a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz'. Essa é a Minas altaneira, verticalmente brasileira, síntese geográfica, humana e política da diversidade nacional. É essa Minas Gerais que, como ocorre em todos os grandes momentos históricos, tem no horizonte próximo um novo encontro marcado com o Brasil. A ele não faltaremos!".

Com essas palavras, abrimos ontem mais um ano legislativo. Esta Assembléia tem contribuído de forma eficaz e muito positiva, e já é recomendada por visitantes ilustres de todos os Estados, graças à nossa competente consultoria, aos nossos técnicos e servidores, à Mesa diretora, que tem feito um comando extraordinário. Nessa nova dimensão, iniciando esta nova fase, quero dar a todos as boas-vindas e dizer que estamos aqui para construir, debater, refletir e fazer a Minas dos nossos sonhos.

Tenho a honra de tê-lo agora na Mesa diretora, caríssimo Secretário, Deputado Hely Tarquínio, meu querido amigo. Durante tantos e tantos anos V. Exa. esteve conosco na Comissão de Constituição e Justiça. Quero fazer um registro, mais uma vez, do seu extraordinário, dedicado, incansável e inteligente trabalho, que tanto contribuiu e fez certamente uma página bonita na história da nossa Comissão.

Estamos buscando, na véspera de uma eleição, um novo tempo para Minas e para o Brasil, não somente pelas palavras ontem proferidas pelo nosso Presidente, mas também pelo sentimento maior desta Casa de homens e mulheres que sentem a história maior do dever cívico da democracia. Com essas palavras, Sr. Presidente, faço muita questão de registrar a abertura de mais um ano de trabalho e dedicação, garantindo as ações de desenvolvimento para a nossa região, para Minas e para o Brasil.

Feitas essas considerações e tendo em vista os minutos que me restam, gostaria, Sr. Presidente, que ficasse registrada nos anais desta Casa a grande perda que tivemos na semana passada, na minha terra natal de Ouro Fino, de dois extraordinários policiais. Refiro-me ao Cabo Elói e ao Soldado Marcos Miranda, covardemente assassinados na Comarca de Ouro Fino por uma gangue do Estado de São Paulo. Os policiais estavam trabalhando em defesa da segurança do nosso povo e da nossa gente. O desaparecimento desses grandes servidores da nossa gloriosa Polícia Militar, tanto do Cabo Elói, Comandante do Distrito de Crisólia, da Comarca de Ouro Fino, como do Soldado Marcos, encheu-nos de tristeza. É uma comoção social, uma grande perda não somente para as famílias, mas também para a nossa cidade, tendo em vista a dedicação extraordinária desses policiais, que puderam honrar e dignificar a farda, que sempre puderam dar, com galhardia, os direitos maiores da cidadania e o dever cumprido.

Registro, em nome de toda a comunidade de Ouro Fino, junto à Polícia de Minas Gerais, como já fizemos aqui na Casa e à beira do caixão, a manifestação de tristeza pela perda e a solidariedade que apresentamos. Estamos solidários na tristeza pelo ceifar da vida desses grandes amigos e policiais de nossa região.

São essas as nossas considerações, Sr. Presidente, na certeza de que poderemos, com muita dedicação e altivez, buscar nesta Casa ações maiores para o nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Moreira* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembléia, hoje tenho a honra e a satisfação de retornar a esta Casa, nesta sessão legislativa, principalmente com a honra e o dever de representar o Democratas, meu Partido, ocupando a sua liderança. Refiro-me a um retorno porque, há alguns anos, tive também a satisfação de ser Líder do Partido Liberal. Boas lembranças ficaram nessa passagem, quando tive a honra, a satisfação e a graça de também aprender com parlamentares experientes que faziam parte daquela Bancada, como o nobre Deputado Rêmoló Aloise, que nos acompanha hoje.

Neste meu retorno, Sr. Presidente, público que nos acompanha pela TV Assembléia, minhas senhoras e meus senhores, não poderia deixar de agradecer aos membros e colegas da minha Bancada e ao Deputado Jayro Lessa, amigo e companheiro, nosso ex-Líder por dois anos consecutivos, que marcou sua Liderança pela sinceridade e pelo compromisso com os seus companheiros. Deputado Jayro Lessa, aqui vão os meus sinceros agradecimentos e a minha eterna gratidão pela sua amizade. Gostaria de agradecer também ao nosso companheiro Gustavo Valadares pela sua altivez, pelo seu espírito empreendedor e por estar sempre presente ao lado dos colegas nas horas mais difíceis. Meus cumprimentos ao colega Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Casa, nosso grande amigo e orientador, que está presidindo esta reunião, pela austeridade, pelo espírito conciliador e, acima de tudo, pela honestidade e seriedade com que conduz os trabalhos na Assembléia de Minas Gerais; à Deputada Maria Lúcia Mendonça, nossa representante feminina da Zona da Mata mineira; ao nosso amigo Deputado Ruy Muniz, hoje nosso Vice-Líder e grande representante do Norte de Minas; ao nosso amigo Delvito Alves, que, quando chegou a esta Casa, cativou todos nós com seu espírito gracioso; e ao nosso amigo Elmírio Nascimento, que, com sua experiência e sabedoria do dia-a-dia, vem nos ensinando a cada momento.

Minha gente, minhas senhoras e meus senhores, há algo que me traz a esta tribuna. Estou hoje Líder do Democratas. Considero que, a partir do momento em que assumimos um cargo, principalmente na função de Liderança, nós, membros do Democratas, temos uma obrigação democrata com Minas Gerais e o Brasil. Sabemos do antes e do depois, da situação lamentável e de penúria, quase de falência, em que se encontrava o Estado nas mais diversas áreas. Com a chegada do brilhante administrador Governador Aécio Neves e de toda a sua equipe, foram inúmeros os avanços na área da saúde, da segurança, da educação, das estradas. Não vou me ater a revelar aqui todos os que certamente obtivemos, pois os minutos seriam poucos, Sr. Presidente, e talvez não terminaríamos esta reunião hoje. Todavia é dever deste parlamentar, como Líder do Democratas, dizer ao nosso povo mineiro da nossa obrigação de dar continuidade a esse projeto do Governador Aécio Neves. Em momento nenhum podemos virar as costas para ele, pela credibilidade que Minas Gerais voltou a ter dentro e fora do nosso país. Hoje o nosso Estado goza de prestígio internacional inabalável, oriundo de uma administração correta, séria, honesta e que, acima de tudo, visa ao bem-estar da sua população. Por isso é obrigação nossa, do Democratas, levar adiante esse projeto em nosso Estado. Além disso, irradiar para o resto do nosso país as grandes conquistas que o nosso Estado e a população mineira obtiveram com a chegada desse grande administrador, que é o Governador Aécio Neves, para que o Brasil desfrute também dessas benesses que o povo mineiro e todo o nosso Estado estão vivenciando, com a sua chegada, se Deus quiser, à Presidência da República.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, vivemos o primeiro embate, no dia de ontem, com a eleição para Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado. Foi dado o primeiro passo para a sucessão estadual e presidencial em nosso país.

Neste momento, gostaria também, Sr. Presidente, de cumprimentar os membros da Mesa da Câmara dos Deputados, os nossos mineiros que conseguiram três posições importantes na Mesa ontem. Foi sagrado o Deputado Edmar Moreira, pessoa que tenho a honra e a graça de Deus de ter como pai, como 2º-Vice-Presidente; o ilustre Deputado Rafael Guerra como 1º-Secretário; e o Deputado Odair Cunha como 3º-Secretário. Deixo os meus cumprimentos, a minha admiração e o meu respeito, que, tenho certeza, não é somente do Líder do Democratas mas também da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, registro que a candidatura de Edmar Moreira ontem foi um contraponto, sim. Contraponto porque demos ontem a largada à sucessão que está por vir em nosso país. Edmar Moreira, na tarde de ontem, estava fazendo um contraponto ao poder constituído do Estado de São Paulo, que é legítimo, tem a sua chance. Edmar Moreira estava lá lutando bravamente, colocando o seu nome à disposição, uma vez que não foi indicado à chapa oficial, do Deputado Michel Temer. Disputou como avulso, contrariando os interesses legítimos do Estado de São Paulo, para fortalecer a presença de Minas Gerais na Mesa. Não digo, Sr. Presidente, que é a presença do Democratas ou do Edmar Moreira. Todos nós, mineiros, devemos colocar as nossas diferenças de lado e, em primeiro lugar, colocar os interesses de Minas Gerais e da população que nos elegeu.

Há, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos vê pela TV Assembléia, uma profecia, uma citação bíblica, que diz que um profeta só não é bem-vindo em sua casa, entre seus amigos e seus parentes. Infelizmente, pesa-me dizer nesta tribuna - está aqui o compromisso que tenho não só com o partido mas muito mais com o Estado de Minas Gerais e com a população que me elegeu - que o Deputado Carlos Meles, Presidente estadual do nosso partido, estava radicalmente contra a candidatura - não de Edmar Moreira - de um mineiro para a Mesa do Congresso Nacional. Pesa-me dizer isso, Sr. Presidente. Há poucos dias, o nosso Presidente estadual reuniu-se com o Governador Aécio Neves e disse que o Democratas, em Minas Gerais, caminharia com a sua pessoa rumo a um patamar mais alto, que entendemos ser a Presidência da República. Naquele momento, percebemos que estava falando uma pessoa que entende que Aécio Neves representa os mineiros, o desenvolvimento e o progresso que pode e deve ser estendido ao nosso país. Para nossa surpresa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, poucos dias depois, nós, mineiros e democratas, fomos surpreendidos com declarações legítimas do nosso dirigente nacional, que disse que estava alinhado com o projeto político do Estado de São Paulo. Qual foi a reação do nosso Presidente estadual? Quando falo de um Presidente estadual, falo de um mineiro, que deve defender os interesses do povo de Minas, do povo de seu Estado. Foi a apatia.

Eu poderia dizer, no bom sentido, que foi a covardia. Por que não, naquele momento, colocar o nome de nosso Governador com as reais conquistas que o Estado de Minas Gerais e o povo mineiro vêm alcançando? E esse sentimento de decepção me acometeu ainda mais no dia de ontem, quando vi um mineiro que tinha a obrigação e o dever de defender a candidatura de seu conterrâneo à Mesa da Câmara dos Deputados e do seu partido, o Deputado Edmar Moreira, um Presidente estadual que, acima de tudo, deve zelar pelos interesses do seu partido e de seus companheiros, colocar-se a serviço do Estado de São Paulo, procurando atrapalhar e achincalhar, notoriamente, a candidatura de um mineiro que, naquele momento, colocava-se acima da pessoa do Deputado Federal Edmar Moreira, que teve a coragem e a honra de defender ali não só uma pretensão pessoal, como também de se indispor, até mesmo com o partido, se preciso fosse, para mostrar que aquele movimento estava sendo feito a favor dos paulistas. Estava ali Edmar Moreira a ser um testemunho vivo do desenvolvimento e do progresso que o Governador Aécio Neves vem fazendo em nosso Estado. E, para nossa surpresa, em gestos que eu poderia dizer nefastos, sórdidos, gestos de calada da noite, nossa Presidência estadual trabalhava contra a candidatura de uma pessoa que representa o Estado de Minas Gerais. Pesa-me dizer, Sr. Presidente, que o Deputado Edmar Moreira, com sua candidatura avulsa, foi o único candidato que não disputou na chapa oficial e foi eleito. Foi eleito porque demonstrou os avanços, demonstrou sua sinceridade e demonstrou que, no Estado, os interesses individuais devem ser colocados acima dos interesses coletivos. Aqui essas práticas são abomináveis. Em Minas Gerais, devemos colocar os interesses coletivos acima dos interesses individuais. Foi isso que o Deputado Edmar Moreira fez, com a graça de Deus, com companheirismo, com o trabalho de mineiros de diversas agremiações. Aqui fica meu gesto e meu reconhecimento a todas as siglas partidárias que entenderam que, naquele momento, aquela candidatura representava o melhor para o nosso Estado. Minas Gerais foi reconhecida e hoje tem três mineiros na Mesa, graças à coragem de Edmar Moreira de defender o nosso Estado, a nossa administração e, acima de tudo, o nosso Governador Aécio Neves, grande responsável por esses avanços.

Nesse momento, ao encerrar minhas palavras, digo que passa a ser a bandeira de todos nós, a partir de agora, que somos Líderes, fazer irradiar de Minas para o Brasil os avanços que vivemos com a continuidade desse modelo ora implantado em nosso Estado, para que ele seja também uma realidade num futuro próximo em nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas.

* - Sem revisão do orador.

2ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 4/2/2009

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, no início dos trabalhos deste ano, na pessoa de V. Exa., cumprimento os companheiros e as companheiras que aqui se encontram. Também cumprimento a imprensa presente, que tem dado cobertura aos trabalhos legislativos, os funcionários desta Casa, as senhoras e os senhores e o povo de Minas Gerais.

Geralmente, no início da sessão legislativa de cada ano, utilizávamos esta tribuna para apresentar uma série de reivindicações e solicitações. E, não raras vezes, iniciávamos tecendo comentários a respeito da situação das estradas federais em Minas Gerais, - de maneira muito especial, a nossa principal via de ligação com o Norte de Minas e o Nordeste brasileiro, que é a BR-135.

Obviamente essa estrada merece reparos, pois ocorreram vários acidentes nesse período chuvoso. Mas hoje, mudando a tônica do meu pronunciamento, alegre e satisfeito com o resultado de um trabalho de muitos anos - mais de uma década - que vínhamos empreendendo, relativo à BR-135, quero fazer menção a uma reportagem do jornal "Estado de Minas". Trata-se de uma reportagem do nosso jornalista Luiz Ribeiro, que é montes-clarense, quando ele apresenta, no caderno "Gerais" desta semana, a reportagem anunciando o investimento de meio bilhão de reais para a recuperação total da BR-135. Trata-se de uma notícia que nos deixa tranquilos. Certamente vamos passar por cima de todo o sofrimento que tivemos nesses anos.

É uma obra que veio tarde, mas veio. Isso é importante. Essa obra foi fruto do esforço de várias pessoas. Gostaria de poder citá-las aqui, porque, afinal de contas, foi um esforço muito grande de várias lideranças, de Deputados Estaduais e Federais. Cito aqui a importante participação da bancada de Deputados do Norte de Minas, que tem se reunido sistematicamente toda semana. Agora está desfalcada da presença do Deputado Estadual Luiz Tadeu Leite, eleito Prefeito da cidade de Montes Claros. O Deputado Doutor Viana já se prontificou a entrar no seu lugar nessa bancada. Ora, V. Exa. nem precisaria entrar, pois sempre foi considerado um dos companheiros que têm ajudado muito o Norte de Minas. Gostaria de falar sobre a participação de toda a bancada do Norte de Minas que tem assento nesta Casa, incluindo o Deputado Doutor Viana, que tem sido também um guerreiro, um batalhador, uma pessoa que foi muito importante na história dessa bancada. O Deputado Célio Moreira foi também um companheiro que participou muito.

Não poderia cometer a injustiça de deixar de fora dos nossos agradecimentos e não reconhecer o trabalho do Deputado Federal José Santana, votado no Norte de Minas, um parlamentar de 11 mandatos, com uma experiência que poucos têm ou passaram por ela. Agradecemos ao Deputado Federal Fernando Diniz, Presidente do PMDB de Minas Gerais, majoritário no Norte de Minas. Agradecemos também ao Deputado Humberto Souto, um aguerrido parlamentar que sempre que foi convocado esteve em Brasília marcando audiências e questionando, procurando junto ao Vice-Presidente José Alencar o apoio para que esse sonho pudesse se concretizar. Agradecemos ainda ao Deputado Jairo Ataíde que foi efetivado com a vitória do Custódio Mattos, em Juiz de Fora. O Deputado Jairo hoje é titular da cadeira do Norte de Minas, do Democratas. Agradecemos ao companheiro Alexandre Silveira, que já ocupou a Presidência do DNIT. Todas as vezes em que foi convocado esteve presente. Agradecemos ao Deputado Márcio Reinaldo, que também teve uma participação muito importante, assim como o Deputado Saraiva Felipe.

Foram esses, entre outros, mas principalmente esses que sempre estiveram presentes, apoiando e sustentando as reivindicações dos Deputados Estaduais, principalmente daqueles votados no Norte de Minas.

Quero também citar a participação importante do Vice-Presidente José Alencar, norte-mineiro, montes-clarense. O complexo das suas empresas fica na cidade de Montes Claros. Ficamos muito apreensivos com a saúde do guerreiro, do lutador José Alencar, que já completa várias cirurgias na luta contra o câncer. S. Exa. sempre tem um sorriso no rosto, uma força de vontade muito grande, que é própria do norte-mineiro, do sertanejo. Além dos nossos agradecimentos, pedimos a Deus neste momento que dê a oportunidade ao grande Vice-Presidente José Alencar de ter muitos anos de vida. Minas e o Brasil precisam desse grande homem público.

O Ministro Alfredo Nascimento atendeu-nos diversas vezes. Ele empurrou um pouco com a barriga, mas agora autoriza a licitação dos 300km que ligam o trevão até a cidade de Montes Claros. Haverá o contorno do anel norte de Montes Claros, uma obra de R\$500.000.000,00.

Eu não poderia deixar de citar a participação decisiva do Governador Aécio Neves. Todas as vezes em que fomos a Brasília procuramos por ele, que sempre solícito e como político que é, esteve ao nosso lado, abrindo as portas, facilitando as audiências públicas.

Deputado Doutor Viana, o Governador Aécio fez uma proposta ao Presidente Lula: que repassasse 20% da Cide - imposto sobre os combustíveis - para Minas Gerais, que ele assumiria toda a malha rodoviária federal em Minas Gerais. Certamente que Lula colocou a questão na ponta do lápis e não aceitou a proposta, ou seja, o desafio do Aécio. Mas o Aécio sempre teve uma participação muito importante na recuperação da malha estadual. Ele sempre esteve presente nas reivindicações para que pudéssemos concretizar o sonho do Norte de Minas: a recuperação da nossa BR-135.

Também gostaria de citar a participação do Diretor-Geral do DER, Dr. José Elcio, que sempre nos forneceu documentos e informações sobre a BR-135; do Presidente da Amams, Valmir Moraes, que fez várias audiências para tratar do tema; e do Presidente da Associação Comercial Industrial Montes de Claros, à época, Sr. Jamil, que, quando o DNIT informou não possuir recursos para fazer o projeto, a Associação realizou-o por um valor superior a R\$300.000,00, fornecendo-o, gratuita e graciosamente, ao DNIT. É muito importante citar a participação da Associação Comercial Industrial de Montes Claros, por intermédio do seu atual Presidente, mas lembrando também a participação do Dr. Jamil Cury.

É importante também citar a participação de Luiz Tadeu Leite, quando Deputado e como Prefeito; da imprensa de Montes Claros, que sempre esteve atenta, realizando cobranças e cutucando os Deputados Estaduais e Federais. Refiro-me ao "Jornal de Notícias", ao "Gazeta", ao "Jornal Norte". Destaco a participação dessa grande imprensa, assim como da TV Gerais e da InterTV de Montes Claros, assim como das várias rádios, da imprensa falada dessa cidade. Fica aqui o balanço de todo esse trabalho, de todo esse esforço.

É vencida essa primeira etapa de muitos anos, de muitas décadas. Nos anais desta Casa, está registrada toda minha participação, em todos os anos, falando praticamente todos os dias sobre a importância da recuperação da BR-135. É grande a nossa alegria ao vermos essa etapa concretizada, o que vem coroar os esforços de todos nós, principalmente em razão da necessidade de desenvolvimento e de progresso do Norte de Minas. A BR-135 já matou muita gente, trouxe muitos prejuízos à economia do Norte de Minas. Vários transportes rodoviários não foram feitos pela BR-135 em direção ao Norte de Minas e ao Nordeste brasileiro em virtude da precariedade dessa rodovia.

Por que disse que está vencida essa primeira etapa? Porque agora temos de lutar pela continuação dos trabalhos na rodovia, ligando Itacarambi a Manga e esta cidade a Montalvânia, o que tirará discursos da boca de muita gente que, volta e meia, anuncia a recuperação ou o asfaltamento dessa rodovia. Agora é necessário um esforço muito grande, o que representará o segundo tempo do nosso trabalho, do meu trabalho e o dos Deputados Paulo Guedes, Arlen Santiago, Gil Pereira, Doutor Viana, Ruy Muniz e Ana Maria Resende. É preciso dar início a esse segundo tempo de esforços em prol da conclusão da BR-135, ligando Montalvânia a Manga, e Manga à cidade de Itacarambi.

Dedico meu pronunciamento de hoje às rodovias. A BR-367, outra rodovia federal muito importante para Minas Gerais, foi idealizada há décadas pelo então Presidente Juscelino Kubitschek. Essa rodovia, que liga Diamantina à Bahia, passando por Salto da Divisa, após mais de quatro décadas de idealização, ainda desafia todos nós, pois, após ser iniciada, foi paralisada. Naquele corredor passa praticamente todo o movimento turístico de Minas Gerais em direção ao litoral brasileiro, ou seja, em direção a Porto Seguro, a Ilhéus e a Salvador. Essa rodovia está ali a nos desafiar, já que ainda não foi concluída. No meio de seu asfalto, há pontes estreitas, onde ocorrem mortes quase todos os meses. Refiro-me ao trecho de Almenara a Salto da Divisa. Nesse momento, iniciaremos um movimento muito grande. Já estivemos com o Prefeito Carlos Novaes, de Almenara, e com o Prefeito Carlos Dantez, de Jacinto, e vamos fazer um grande movimento para, primeiro, desenvolver esse processo e, depois, inserir essa BR, ainda neste ano, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, a fim de que ela seja atendida. O valor não chega a meio bilhão, mas a nossa causa é tão importante quanto a das rodovias federais que cortam o nosso Estado.

Por último, Deputado Doutor Viana, quero anunciar que estamos solicitando uma audiência pública, a ser realizada aqui, na Casa, ainda neste mês de fevereiro ou, no mais tardar, no princípio de março, para que tenhamos conhecimento do programa a ser feito e iniciado, de recuperação da nossa BR-135. Nessa mesma reunião, com a presença dos Deputados Federais e do Diretor-Geral do DNIT e do DER, vamos obter informações acerca da BR-367.

Os Deputados do Sul de Minas - vejo vários deles aqui -, da Zona da Mata e do Centro-Oeste mineiro também deveriam participar, porque não somos somente nós que transitamos em estradas federais de Minas. Aliás, as estaduais já estão praticamente recuperadas, porque, no final deste ano, o Processo será quase todo concluído. Dessa forma, agora temos de empreender todo o movimento, que não pode partir apenas da Assembleia Legislativa, uma vez que é preciso haver um movimento coordenado entre a Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados Federais, por meio dos nossos representantes.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte)* - Obrigado. Quero congratular-me com V. Exa. por trazer a esta Casa tão relevante tema e ainda lembrar que um grande batalhador pela reconstrução da BR-135 foi o Dr. Jamil Cury, que agora está deixando o governo de Minas, ou melhor, a diretoria do Indi. Ele fez um belíssimo trabalho que merece ter uma obra igualmente significativa. São R\$500.000.000,00 que serão investidos na construção de uma BR nova, e não no recapeamento apenas. Trata-se de uma obra que irá modificar trechos e fazer terceira pista. É realmente uma obra digna. Essa foi uma vitória dos Deputados Estaduais e Federais, isto é, da bancada dos Deputados daquela imensa região, os quais estão de parabéns. V. Exa. também está de parabéns por trazer esse assunto a esta tribuna. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado pelo aparte. Eu já tinha citado a participação do Dr. Jamil Cury e a de várias outras pessoas que também tiveram uma responsabilidade e se esforçaram muito para a concretização dessa obra. Quero só anunciar que vamos realizar a nossa audiência pública, mas espero que o tema das estradas federais faça parte da ordem do dia dos trabalhos legislativos em 2009. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, público que nos acompanha das galerias e pela TV Assembleia. Toda vez que citamos nomes, sempre nos esquecemos de alguns, por serem eles muitos, mas, dentro da relação do belo pronunciamento do Deputado Carlos Pimenta, gostaria que ele também acrescentasse o trabalho ainda pouco conhecido, mas muito importante, do Dr. Álvaro Campos de Carvalho, Diretor Regional do DNIT, em Sete Lagoas. O Dr. Álvaro, junto com o pessoal do meio ambiente estadual e federal e do Ibama, percorreu todo o trecho, os 300Km, em prol do licenciamento ambiental que já era esperado, mas que foi muito mais agilizado graças ao trabalho competente desse engenheiro que hoje dirige regionalmente o DNIT, a partir de Sete Lagoas. Sr. Presidente, Minas Gerais é o Estado brasileiro que possui a maior quantidade de florestas plantadas, 1.360.000ha, ecologicamente produtivas e que contribuem expressivamente para o crescimento de nossa economia. Como Presidente da Frente Parlamentar Mineira de Silvicultura, tenho acompanhado o desenvolvimento do setor, seus avanços e os estudos feitos diante da crise econômica, o suficiente para saber que a exploração de florestas plantadas em Minas acontece de forma responsável e sustentável. Acompanho esses trabalhos e almejo sempre que o setor público, em todos os níveis, aja como promotor e facilitador. Nesse ponto, mais uma vez damos o exemplo do trabalho do Governador Aécio Neves, que há um ano criou a Câmara Setorial da Silvicultura, compondo-a com grandes nomes, para acompanhar esse setor de forma colegiada. Os nobres colegas e as nobres colegas, especialmente os integrantes da Frente Parlamentar Mineira de Silvicultura e da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria Mineral Eliezer Batista da Silva, as quais tenho a honra de presidir, sabem que está tramitando nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.771/2008, que trata do monitoramento eletrônico ambiental para o transporte de carvão vegetal. Esse projeto foi e tem sido objeto de discussões e ainda está sendo apreciado pelas Comissões da Casa. Naquele momento foi também questionada a competência do plantio de florestas renováveis sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Pecuária - Seapa -, mas até então estava sendo realizado junto à Secretaria de Meio Ambiente - Semad - um acordo entre representantes da Associação Mineira de Silvicultura e do Sindicato da Indústria do Ferro - Sindifer -, para apresentação de um pacto de sustentabilidade no plantio e no uso de florestas renováveis de carvão vegetal produzido em nosso Estado. Entretanto ficamos surpresos com a publicação do Decreto nº 45.016, de 2009, que trata apenas da instituição do monitoramento eletrônico ambiental no transporte de carvão vegetal, gerando ônus direto aos respectivos consumidores, além de dificuldades logísticas. Ora, se o assunto já está sendo debatido nesta Assembleia Legislativa, e até mesmo estão sendo geradas despesas às empresas diante da crise econômica, o governo, que demonstra interesse em ajudá-las, deveria aguardar o trâmite do citado projeto antes de regulamentar por decreto sem que esteja terminada a discussão. Além do mais, o decreto estipula a contratação de empresa particular para o serviço de monitoramento.

Passo a ler, na íntegra, o ofício encaminhado pela Associação Mineira de Silvicultura, no dia 23/1/2009, ao Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Augusto Anastasia, e, na seqüência, correspondência encaminhada também pela Associação Mineira de Silvicultura ao Secretário de Agricultura e Pecuária, Dr. Gilman Viana Rodrigues, e ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas, Dr. Humberto Candeias. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, com nossa cordial visita reiteramos os votos de apreço e consideração. Dirigimo-nos a Vossa Excelência em virtude da publicação do Decreto nº 45.016/2009. Causou-nos muito espanto e indignação a notícia, que recebemos pela Imprensa Oficial, da publicação de tal decreto. Esse instrumento que trata do monitoramento eletrônico representa um desacordo extremamente grande com a realidade enfrentada pelo setor e é discrepante em face das tratativas celebradas entre a iniciativa privada, a Semad e o IEF.

O assunto em tela sempre teve resistência por parte do setor, por entendê-lo extremamente oneroso, burocrático e falível. Todavia a exigência nos foi apresentada como uma condição "sine qua non" para os órgãos ambientais. Mas, por outro lado, o órgão ambiental apresentou ao nosso setor uma série de outras medidas que seriam compensatórias, desonerando e simplificando operações e permitindo o almejado crescimento. Lembramos a V. Exa. que o diálogo entre o setor e a Semad sobre este tema iniciou-se com a apresentação do Pacto de Sustentabilidade pela AMS e pelo Sindifer em meados de 2007. Após longa e extenuante negociação, chegamos a um acordo que, se não continha todos os elementos que cada parte envolvida entendia importante, representava um consenso sobre o mínimo de modificações e adaptações necessárias à nossa lei florestal, de forma a promover o avanço desta importante atividade para a economia mineira de maneira sustentável.

O monitoramento objeto do decreto em tela integra o projeto de lei resultante dessas tratativas. Esse projeto de lei foi encaminhado pelo Governador Aécio Neves por mensagem à Assembléia Legislativa, mensagem esta assinada em ato solene no Palácio da Liberdade e com participação do Secretário de Meio Ambiente, diversas outras autoridades e das entidades que representam o nosso setor. E não poderia ser de outra forma, pois, além de ser o Poder Legislativo o competente para tratar do tema que inova no mundo jurídico, seria, naquele foro democrático e participativo, possível às partes envolvidas a discussão mais ampla e profunda tão necessária a um tema tão relevante.

Ficamos estupefatos com a notícia da publicação do decreto, que trata em separado da questão do monitoramento, evitando, por via oblíqua, o devido debate no parlamento e traíndo a palavra dada pelo Secretário de Meio Ambiente. Temos a certeza de que a questão não foi levada da forma devida ao Governador, que, com o Secretário da Casa Civil e com a Secretária de Planejamento, foram mal informados e levados a erro pelo Secretário de Meio Ambiente.

Por essas razões é que reafirmamos a nossa opinião de que o monitoramento como proposto se traduz em burocracia, onerosidade, delegação da obrigação do exercício do poder de polícia à iniciativa privada, e tudo isso sem a certeza da eficácia. Reiteramos nossa sugestão já feita à Semad, de aplicar ao setor o bom exemplo existente no Estado de Minas Gerais, que é o utilizado pelo IMA para os bovinos e os frigoríficos. Minas Gerais conseguiu extinguir quase na totalidade os abates clandestinos, bem como os problemas de ordem sanitária, ao colocar o IMA fiscalizando diretamente o recebimento das cargas de bovinos nos frigoríficos. Como no exemplo citado, o nosso setor também é caracterizado por uma situação de cadeia produtiva que se compõe de milhares de produtores de carvão vegetal e de poucas unidades consumidoras, situação propícia a uma fiscalização mais completa, diretamente no local de consumo. Assim seria o caso de se adotar o exemplo bem-sucedido ao nosso setor, o que garantiria uma fiscalização eficiente e a não delegação, injusta e onerosa, do poder de polícia ao setor produtivo.

Agrava o fato em comento a situação enfrentada pelo setor, que é um dos mais atingidos pela crise econômica mundial, o que inclusive mereceu atenção especial do Governador Aécio Neves em buscar a aplicação de políticas que pudessem suavizar o impacto dessa crise na economia mineira. Todavia todos os ganhos que nossa economia teria com aquelas medidas são anulados com a imposição deste novo custo em momento inoportuno e na contramão do cenário econômico mundial. A presente medida está na contramão da política competente deste governo e também do cenário em que se insere toda a economia mundial. Por essa razão pedimos ao governo de Minas Gerais a anulação do referido decreto.

Já não é a primeira vez que o ilustre Secretário de Meio Ambiente trai os compromissos assumidos e firmados junto ao setor, em nome do governo, após negociações que sempre são lentas e difíceis. Observe V. Exa. que o ilustre Secretário sequer se preocupou com o desgaste do Governador frente ao parlamento, pois sugeriu o decreto que, por ter em seu objeto tema contido em projeto de lei em trânsito e de iniciativa do próprio governo, atropela, de forma agressiva, os parlamentares mineiros. O setor não quer relaxamento de fiscalização, tanto é que sugere que essa seja feita nas portas de suas fábricas. O que não se admite e já não se suporta mais, sem detrimento de sua competitividade, é a onerosidade, a sanha arrecadatória da Semad, os abusos, a falta de consideração e, sobretudo, a traição aos compromissos assumidos, práticas que estão sendo adotadas naquela Secretaria. O setor admira, reconhece e afirma que o governo Aécio Neves representa uma das melhores, se não a melhor gestão aplicada ao nosso Estado em todos os tempos, demonstrando inclusive as nossas expectativas e as esperanças de ver essa experiência repetida no governo federal em futuro muito próximo. Insurgimo-nos isoladamente contra os abusos e a deslealdade perpetrados a nós pela Secretaria de Meio Ambiente. Pedimos a V. Exa. que leve ao Governador Aécio Neves a nossa súplica para que crie os instrumentos necessários de estruturação corporativa e transferência de receitas, para que a Lei Delegada nº 114 produza seus efeitos jurídicos, de forma que possamos estar vinculados, enquanto setor produtivo agrícola, à Secretaria competente, qual seja a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A referida norma é moderna e adequada à realidade do setor, todavia não produziu ainda os efeitos de seus comandos, e esses efeitos, Excelência, são de imperiosa necessidade para a evolução das nossas atividades. O problema de déficit florestal do Estado não será resolvido se não for tratada de forma virtuosa a atividade de silvicultura, bem como os produtos de madeira oriunda de floresta plantada. O tratamento dos produtos oriundos de madeira plantada, com a mesma onerosidade e burocracia empregada aos de origem nativa, representa força contrária ao esforço de se empreender o plantio de florestas, atividade de alto investimento de implantação e longo prazo de maturação, mas extremamente vital à economia mineira. Por essa razão precisamos que seja empregado, de forma efetiva e definitiva, o conceito de que silvicultura é atividade agrícola e deve ser tratada como tal.

Agradecemos a V. Exa. a atenção, bem como pedimos desculpas pela extensão do texto, mas a gravidade do tema exigia uma exposição mais completa. Renovando nossas homenagens e nosso reconhecimento, Bernardo de Vasconcellos, Presidente, e Bruno Melo Lima, Vice-Presidente."

Essas eram minhas observações. Concedo o meio minuto que me resta ao nobre colega Jayro Lessa.

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - V. Exa. me concede meio minuto, e o Presidente, Deputado José Henrique, concede-me mais meio.

Deputado Doutor Viana, parabênzulo V. Exa. pelo seu pronunciamento. Esse projeto encontra-se na Assembléia praticamente há dois, três anos, e isso foi negociado com o Dr. José Carlos, com a Associação Mineira de Silvicultura, com o Sindifer e todos os órgãos voltados a essa área. Com esse projeto, o governo tem o apoio para se pôr realmente o rastreamento eletrônico em carro de carvão. Todavia não pode ser feito no momento nem no modo como estão fazendo. Isso significa que o preço estabelecido hoje pelo IEF para se fazer esse monitoramento é de aproximadamente R\$5.000.000,00 por mês, por setor. Hoje um aparelho para monitorar custa aproximadamente R\$900,00 no mercado comum. No orçamento que consta do projeto na Assembléia, ele está estimado em R\$11.000,00. O monitoramento mensal é de R\$270,00 por mês, no projeto oriundo do IEF. Mas isso custa R\$40,00 em qualquer mercado ou empresa de rastreamento. Quer dizer, eles estão aproveitando uma oportunidade em que, infelizmente, o preço que o setor siderúrgico, de carvão, vai pagar para promover emprego e receita para o Estado inviabilizará ainda mais o setor, que está parado. O gusa já saiu por US\$850,00 a tonelada. Todavia hoje está saindo por US\$270,00. Todas as siderúrgicas de Minas Gerais estão paradas - aliás, as únicas que estão funcionando são as que fornecem gusa a litro para algumas fundições, como, por exemplo, a Fiat, que tem uma grande fundição. Portanto todas as outras estão paradas. Está ocorrendo um absurdo em Minas Gerais. Cerca de 150 mil a 200 mil pessoas estão hoje sem trabalho no campo. São pequenos produtores de carvão, que, em razão da queda do preço, estão pagando atualmente aproximadamente R\$80,00 por esse produto. E, quando conseguem vendê-lo, o valor não é suficiente para pagar o custo de produção. Tudo isso está ocorrendo em Minas Gerais. Então são cerca de 150 mil a 200 mil pessoas sem emprego, principalmente no Norte de Minas, como bem sabe V. Exa. Assim milhares de pessoas estão passando necessidade. Entendo que, como sempre fez nos últimos seis anos, o governo de Minas, do Governador Aécio, tem feito com que o setor volte a produzir. Não é com esse decreto do Dr. José Carlos que isso acontecerá. Realmente esse decreto foi usurpado da Secretaria do Dr. Gilman, a qual tem a capacidade, ou seja, a obrigação de cuidar de plantação de eucalipto. Plantar eucalipto, mandioca ou qualquer outro produto agrícola é a mesma coisa. Não precisamos que a Secretaria de Meio Ambiente cuide da monocultura do eucalipto; tem de dar a autorização, e depois não cuidar se cortará ou não eucalipto, se produzirá ou não carvão. A Secretaria do Dr. José Carlos está tendo uma burocracia tremenda. Sei que ele tem de atender os ambientalistas, pois o mundo é outro. Todavia, infelizmente, como tem acontecido, Minas Gerais só tem perdido, assim como o setor de gusa e o pequeno carvoeiro do Norte de Minas. Agradeço-lhe a oportunidade deste aparte. V. Exa. pode contar com este Deputado e a Bancada dos Democratas, para que juntos derrubemos esse decreto que infelizmente foi assinado pelo Governador Aécio.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, e telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, nossa saudação no desejo e na expectativa de que tenhamos um ano de 2009 com muito trabalho e serviço, e muita dedicação para com o povo mineiro. De um lado, fico feliz com o pronunciamento quanto a um aspecto: o de que vai pelo menos se consolidando a idéia de que o eucalipto é uma cultura, e não floresta. Sempre combatemos aqui que não se trata de floresta, mas sim de "eucalpicultura". Portanto, tem de ser tratada como tal - aliás, como as monoculturas extensivas.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Esta Casa tem o Deputado Jayro Lessa como um conhecedor do tema. Está na hora de o próprio Deputado fazer todo o levantamento e apresentá-lo aqui, Deputado Padre João.

O desabafo do Deputado Jayro Lessa é sério, é uma denúncia importante que tem de ser levada a sério nesta Casa. Acredito que a hora é esta, neste momento de crise. E, por falar em eucaliptos, na última eleição vários Deputados tiveram contribuição desse setor para ajudar Prefeitos; aliás, houve uma contribuição fabulosa nesta Casa. Então, o setor do eucalipto tem a defesa de vários colegas Deputados daqui. Cabe também ao gerente, a quem organizou isso, trazer essa questão e mostrar seriedade. O Deputado Jayro Lessa fala como empresário e como político. Isso é um desabafo precisa ter ressonância nesta Casa. Temos de auxiliar o setor, porque senão haverá uma quebra geral. Está se iniciando uma crise em Minas que começa por aí.

Temos também um problema do corredor aéreo de Belo Horizonte que teve início nesta semana. A aviação de Belo Horizonte, de Minas Gerais perderá muito. Só para V. Exa. ter uma idéia, um avião que decola da Pampulha com direção ao Serro tem de ir a Pará de Minas; para vir de Governador Valadares, tem de dar uma volta. Então, fizeram do espaço aéreo algo grave. Agradeço a V. Exa. por ceder-me aparte para o meu pronunciamento. Depois das declarações do Deputado Jayro Lessa, não poderia deixar de me pronunciar sobre essa questão. A Casa tem de tomar providências, sim. Temos de olhar com seriedade o abuso da cobrança desse preço. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Sempre ao seu dispor. Gostaria de comunicar aos nobres colegas Deputados e Deputadas que cheguei do IX Fórum Social Mundial. Desde o I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em 2001, participei de todos que foram realizados aqui, no Brasil; somente não participei dos que foram realizados fora deste país. Esse Fórum foi uma grande riqueza, uma grande assembléia do mundo inteiro, com a participação de cerca de 150 países, 150 delegações, que discutiram tudo o que diz respeito a uma sociedade. Foram realizadas mais de mil oficinas na Universidade Federal do Pará e na Universidade Regional para a Amazônia. Em sua 9ª edição, o Fórum avançou com a realização das assembléias. Na manhã do dia 1º, houve a assembléia para todos os assuntos convergentes; à tarde, houve a assembléia das assembléias, ou seja, tudo foi afunilado em uma grande assembléia. Tudo foi discutido, até a crise. No Fórum, houve um consenso de que a crise é sistêmica, de que não se trata de uma crise simplesmente financeira de um setor da sociedade. O que ficou muito claro lá, companheiro Adelmo Carneiro Leão, a quem reitero as boas-vindas, é que jamais o trabalhador pode arcar com o ônus de tudo isso. Quem criou, quem gerou a crise não foram os trabalhadores.

Quem tem de arcar e pagar a conta são as multinacionais, as transnacionais, os grandes bancos, as consideradas grandes nações que especulam e exploram o mundo e que causaram tudo isso. A organização dos movimentos sociais é importante nesse processo porque pode forçar quem provocou a crise a arcar com o ônus - empresas que sempre sugaram não só o sangue de homens e mulheres como também nossas riquezas. Se o subsolo pertence à União, a riqueza pertence ao povo brasileiro. Em Minas, já vemos os impactos e as demissões. Enquanto estavam ganhando por tonelada - o colega Jayro Lessa mencionou os números -, estava tudo bem. Agora, quando os lucros diminuem, começam a demitir os trabalhadores sem querer saber se têm filhos, se vão comer amanhã ou não, num total descaso para com os trabalhadores, como se fossem material descartável, uma relação mercantilista fria com quem conseguiu gerar a riqueza e empoderar ainda mais essas empresas. A Vale, por exemplo, recebeu todo o patrimônio do povo brasileiro, o qual praticamente foi doado para ela. Ela pagou em torno de R\$3.500.000.000,00, mas está tendo um lucro líquido, por ano, sempre superior a R\$25.000.000.000,00, já tendo chegado a R\$30.000.000.000,00. Esse processo de privatização da Vale foi um escândalo. Agora é a primeira a demitir trabalhadores. Esse tema foi muito discutido no Fórum Social Mundial.

Tivemos também a oportunidade de discutir o modelo de agricultura. Sempre atuei na área da agricultura nesta Casa. Está muito claro para mim que esse modelo de agricultura que depende de venenos, chamados de agrotóxicos, e de adubos químicos não tem sustentabilidade. Não basta produzir e bater recordes de produção, temos de produzir com qualidade. Produção agrícola de qualidade significa não danificar a terra. Um detalhe a ser destacado é a participação de milhares de indígenas no Fórum. O território do Fórum Social Mundial foi Belém, daí a participação maciça de indígenas, que continuam nos ensinando muito, por meio de sua relação com a terra. Eles têm a terra como mãe. Jamais podemos deixar que a nossa relação com a terra seja de exploração, embora isso seja muito usado. Costumam dizer: "Exploro tantos alqueires de terra". Nossa relação com a terra tem de ser de mãe e filho, porque é ela que nos dá nosso sustento. Ela dará também o sustento para seus filhos, netos, bisnetos, trinets, tetranets. Devemos cuidar da terra com todo o carinho. A terra está ligada diretamente com as nascentes e com as matas. Assim o modelo da agroecologia é a grande lição que vimos reforçando. Nesse caso, companheiro Adelmo, plantaremos feijão na segurança de que é feijão puro, e não feijão mais veneno; ao comer uma maçã, comeremos maçã, na segurança de que não é maçã mais veneno. Assim também com o tomate, com o morango, com o arroz e com o açúcar. Até no leite isso será possível. Assim a agroecologia garantirá a diversidade de cultura e de cultivares, proporcionando equilíbrio e biodiversidade, contrariamente ao que acontece com as monoculturas extensivas, que fazem o caminho inverso. Ocorrendo a quebra do equilíbrio, recorre-se aos venenos. Ao recorrer-se a eles, agride-se a mãe, contaminam-se a terra, as nascentes, inclusive o lençol freático. Sai de lá com a convicção de que um outro mundo, de fato, é possível, mas temos de sair como em missão, sensibilizando homens e mulheres. Se queremos salvar este planeta, o momento é agora. Cada um pode dar a sua contribuição, repensando a sociedade em todos os setores. Discutiu-se lá, por exemplo, qual o modelo de saúde que o mundo quer e de que precisa. Não discutimos lá apenas o Brasil. Um outro ponto discutido foi o modelo econômico adequado. Nesse aspecto, a Economia Solidária teve um espaço fabuloso, inclusive discutindo-se a questão da moeda própria num intercâmbio com tantas outras nações. Debateu-se também o papel dos servidores públicos. Aproveitei para cumprimentar a CUT de Minas, pois foi o único Estado que apresentou um balanço da situação desses servidores. Causaram inveja em muitos, como nos representantes do Rio Grande do Sul e do próprio Estado de São Paulo, onde o movimento sindical é historicamente muito forte. Participaram da oficina e tiveram de tirar o chapéu para os trabalhadores públicos de Minas Gerais. Estive no Fórum representando a Casa. Agradeço à Assembléia Legislativa de Minas Gerais por isso. Foi o nome dela que levei em cada papel que assinei. Foi uma grande contribuição para a minha vida. Início esta sessão legislativa com toda a coragem, com uma energia, de fato, renovada, querendo dar uma contribuição que extrapole as fronteiras do nosso Estado. São essas as minhas considerações de gratidão a Deus e à Casa por essa participação no IX Fórum Mundial em Belém. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público das galerias, meus senhores e minhas senhoras, antes de discutir o assunto que me traz a esta tribuna, gostaria de desejar sucesso aos novos Deputados que estão retornando a esta Casa. Saúdo o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que está aqui conosco, com muita satisfação, mais uma vez; o Deputado Carlos Gomes e a Deputada Maria Tereza Lara, que estão fazendo parte conosco deste Parlamento. Desejo a todos as boas-vindas ao nosso convívio.

Tenho mais dois assuntos a tratar. Antes, porém, quero prestar uma homenagem que preparei com muito carinho a uma pessoa que dedicou toda a vida à defesa da causa ambiental. Antes de conceder aparte ao meu querido amigo Deputado Doutor Rinaldo, farei a leitura deste

documento, desta homenagem feita com todo o meu carinho. (- Lê:)

"Nesses dias que correm, e cada vez mais, é necessário propiciar às novas gerações o ensinamento para a vida através do exemplo. Todos sabem que o comportamento ético, os valores morais, a formação do caráter e a correção de conduta são mais bem absorvidos, interiorizados e finalmente adotados como princípios de exercício da convivência humana se transmitidos entre as pessoas, as autoridades, os grupos sociais e as nações com a marca registrada da prática no cotidiano, fundamentada naturalmente pelo adequado preparo técnico e intelectual que deve existir nos vários segmentos humanos. Estas palavras, senhoras e senhores, coloco-as para ressaltar a gama de qualidades profissionais, técnicas e humanas de um personagem que há pouco nos deixou neste mundo e que caracterizou a sua existência pelo amor à vida. Esse amor, além do exercício da profissão de cirurgião-dentista durante 54 anos, ao longo dos quais prestou relevantes serviços aos seus

semelhantes, foi demonstrado através de um espontâneo afeto pela natureza e por todas as manifestações divinas da criação; daí o seu trabalho pela causa ambiental quando esta era ainda um item desconhecido pela maioria das pessoas.

Refiro-me ao ambientalista, professor, dentista, cidadão e homem cristão Hugo Werneck, falecido no último mês de dezembro, quando já nos encontrávamos em recesso parlamentar, vítima de enfermidade que o atingiu e levou, deixando, porém, a sua memória entre nós, fruto do seu trabalho de abnegação e doação, remunerado, como ele bem dizia, da mesma forma que ocorre com a natureza, pelo bem que nos causa em nossa passagem por este mundo. Homenageado ainda em vida nesta Casa, no ano passado, por indicação deste Deputado, na Semana do Meio Ambiente, não será necessário neste momento desfilarmos aqui os vários cargos que Hugo Werneck ocupou durante o seu magnífico caminho; não é preciso desfilarmos os nomes das instituições que ajudou a fundar, que dirigiu ou mesmo os muitos e muitos anos em que foi professor universitário e palestrante, levando às mais diversas platéias, de jovens e velhos, o néctar do seu saber. Faz-se necessário, porém, como exemplo para todos, especialmente para os jovens, registrar o benefício que ele trouxe para nós e as novas gerações. Por isso proponho que o nome de Hugo Werneck conste nos anais desta Assembléia Legislativa como benfeitor ambiental e permanente defensor da natureza, sendo, por conseguinte, e como disse no início desta fala, o exemplo legítimo que certamente orientará o comportamento das pessoas pelo tempo que há de vir. Tenho certeza, pelo conhecimento que tenho dos nobres colegas, de que esta proposição será ternamente acolhida por todos."

Essas são as minhas palavras em homenagem a essa pessoa que todos conhecemos e com quem nós, ambientalistas, tivemos o privilégio de conviver. Portanto, por meio desta Casa do povo, deste Parlamento, prestamos-lhe esta homenagem.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Fábio Avelar. O nosso aparte é para cumprimentá-lo pela indicação do seu nome, pelo nosso bloco parlamentar, para assumir a Comissão de Meio Ambiente. Tenho certeza de que essa Comissão estará em boas mãos, dada a sua experiência no assunto e a sua vida de trabalho. Esta Casa só tem a ganhar. Desejo sucesso a V. Exa. nos próximos dois anos à frente dessa importante Comissão. O meio ambiente precisa ser valorizado - como merece ser - num Estado amplo como Minas Gerais, nas fronteiras com os outros Estados, e ninguém melhor que V. Exa. para assumir esse cargo. Parabéns, e um abraço.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço-lhe, Deputado Doutor Rinaldo, também por sua participação na nossa reunião. Essa indicação foi, hoje - com muita honra e orgulho para mim -, aprovada por unanimidade pelos meus colegas do Bloco Parlamentar Social. Esperamos que a nossa indicação seja acolhida. Caso isso aconteça, com certeza, defenderemos a questão ambiental, tão importante para todos nós e hoje tão debatida. Em todos os segmentos da sociedade, procuraremos elevar essa questão com todo o nosso conhecimento e dedicação. Mesmo antes de confirmada essa indicação, aproveitei a manifestação do Deputado Doutor Rinaldo para transmitir a minha satisfação a todos os meus colegas do Bloco Parlamentar Social pela acolhida do meu nome e pela indicação para representá-lo como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, agora num novo tempo e com um nome adequado à nossa realidade: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Agradeço a participação do ilustre colega.

Entre vários assuntos aqui abordados, quero cumprimentar o Deputado Padre João por sua participação tão importante no Fórum Social Mundial, representando a nossa Casa Legislativa. Com certeza, todos nós teremos a oportunidade de debater as questões tão sérias que foram lá apresentadas, debatidas. Evidentemente, são questões que merecem um estudo profundo, porque, como bem disse o Deputado Padre João, hoje a humanidade carece de uma mudança profunda, em virtude dessa grave crise que não é problema apenas de uma cidade, de um Estado ou de uma nação, mas de toda a humanidade.

Cumprimento também a bancada do Norte, a qual quero me juntar. Cumprimento o Deputado Carlos Pimenta que, com sua fala, demonstrou a participação efetiva dos membros dessa bancada e de todos os Deputados que o apoiaram naquela empreitada, na luta pela recuperação da MG-135. Ele nos trouxe a notícia da autorização da recuperação total do trecho de Curvelo a Montes Claros, demandando recursos da ordem de R\$500.000.000,00, já com a licitação autorizada. Trata-se de uma luta aguerrida de todos os Deputados, principalmente daqueles da bancada do Norte, que têm aqui uma atuação marcante, defendendo os interesses do nosso Estado, principalmente os da Região Norte.

Aproveito também para apresentar uma questão, não menos importante, referente à dificuldade que enfrentamos hoje com as estradas federais em Minas Gerais. Quero fazer uma referência especial, já me colocando ao lado do Deputado João Leite, em suas palavras de ontem sobre a necessidade urgente de todos nós, Deputadas e Deputados desta Casa, empenharmo-nos, empregar os esforços necessários para promover a imediata recuperação e adequação da BR-040.

É inadmissível a gente hoje encontrar a situação de uma maneira bastante precária, causando vários e vários acidentes. Faço uma referência especial ao Viaduto das Almas, uma obra que está com toda a sua parte estrutural concluída há vários meses. Tivemos um acidente grave há poucos dias naquela região, no antigo viaduto que ainda está sendo utilizado. Não temos condições de entender por que aquela obra se encontra totalmente paralisada, inclusive gerando dúvidas e questionamentos a todos nós, como aquela mencionada ontem pelo Deputado João Leite sobre a fundação e o aspecto da engenharia daquela obra. Não podemos aceitar. Queremos manifestar o nosso apoio à iniciativa do Deputado de fazermos aqui nesta Casa uma audiência pública para debater essa questão tão grave. Gostaríamos de informar que no final do ano passado tivemos a oportunidade, com o apoio da grande maioria dos Deputados e das Deputadas desta Casa, de formar e criar a Frente Parlamentar em Prol da BR-040. Já contamos com mais de 50 assinaturas. Estamos agora acertando os últimos detalhes com a Mesa para o lançamento formal dessa Frente, que, acredito, será muito importante. Como sempre tenho dito, ela será o marco e o início de uma luta para conseguirmos efetivamente implantar a duplicação da BR-040, principalmente a partir do trecho do trevo de Juiz de Fora, com uma extensão de aproximadamente 135km. Essa será a nossa grande luta. Evidentemente lutaremos também para a realização das obras emergenciais que já foram aqui citadas, levando-se em consideração principalmente o novo viaduto já construído em quase sua totalidade, mas hoje totalmente paralisado. Contamos, desde já, com o apoio de todos os nossos colegas Deputados para uma participação efetiva nessa Frente Parlamentar, que, dentro de poucos dias, estará sendo oficialmente lançada nesta Casa.

Sr. Presidente, finalmente, o último assunto que gostaríamos também de salientar, e que de uma maneira sucinta foi abordado pelo Deputado Alencar da Silveira Jr., diz respeito à nossa malha aérea estadual. Estamos atentos. Recentemente, através de requerimento do ilustre Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, foi proposta a criação da Comissão Especial dos Aeroportos, que durante 90 dias, mais uma vez, se debruçou sobre essa questão. E mais uma vez chegou à conclusão da inviabilidade total do retorno dos vôos internacionais e estaduais para o aeroporto da Pampulha. Sabemos que existe uma pressão muito forte por parte das empresas de retornarem essa atividade para a Pampulha ou até mesmo de criarem novos vôos nacionais. Ficou claramente comprovado que aquele aeroporto não oferece mais as condições mínimas necessárias para o seu funcionamento, inclusive segurança para continuar implementando vôos dessa natureza.

Sr. Presidente, já caminhando para o término da nossa fala, queremos dizer que estamos atentos às iniciativas da Anac em relação à implementação desses objetivos. Sabemos que já estava prevista para janeiro deste ano a realização de audiência pública para discutir o retorno dessa atividade para a Pampulha, mas foi adiada. Ainda não temos a informação da data em que ela ocorrerá. Estaremos atentos. E qualquer iniciativa dessa natureza será denunciada por este Deputado a todos os nossos colegas. É importante dizer que é necessário, agora sim, estudar - e mais que isso - a adequação da malha aérea interna do nosso Estado em face das dificuldades e dos problemas que vêm sendo enfrentados, conforme denunciou aqui o Deputado Alencar da Silveira Jr. Sabemos que, até 2011, teremos uma das malhas estaduais mais modernas do País. Portanto, devemos ter estrutura aeroportuária totalmente adequada e estruturada para atender a esse ousado plano implementado pelo governo Aécio Neves. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/2/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

nomeando Matizabel Chaves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando Carlos Eduardo Silveira Gonçalves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;

exonerando Cledisson Fernandes dos Reis do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando Gilberto Antonio Lisboa do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando Gislande Maria de Oliveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

exonerando Maria Madalena Amaral Nascimento do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando André Barros de Castro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Antonio Rodrigues França para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Carlos Eduardo Silveira Gonçalves para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Cledisson Fernandes dos Reis para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Gilberto Antonio Lisboa para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Gislande Maria de Oliveira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 4 horas;

nomeando Isabelle Fernandes Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Janaina da Conceição de Paula Santos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Luiz Claudio de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Maria Madalena Amaral Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Sabrina Rosa de Souza Dornelas para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Stanlei Alves Vasconcelos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos no inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/2/09, que exonerou Isaura Maria Ladeira Malta do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 7/2/09, que nomeou Cláudio Sebastião Menezes Pimenta para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Instituto Hermes Pardini Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da contratante, ativos e inativos e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir de 30/1/2009. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2009 (3.3.90.39.00).

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 7/2/2009, na pág. 37, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Tenente Lúcio", onde se lê:

"Josefina Pires Ferreira", leia-se:

"Josefina Pires da Silva".